

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil na Visão de seus Membros

Relatório de Pesquisa

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil na Visão de seus Membros

Relatório de Pesquisa

ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da

Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli Corrêa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fabio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil na Visão de seus Membros

Relatório de Pesquisa

ipea

Brasília, 2012

FICHA TÉCNICA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) e contribui para o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil.

O objetivo deste relatório é o de sistematizar as opiniões dos conselheiros sobre o processo participativo e decisório e a qualidade dos produtos resultantes da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil.

Coordenação Técnica da Pesquisa

Joana Luiza Oliveira Alencar – Ipea

Igor Ferraz da Fonseca – Ipea

Redação

Isadora Cruxên – Ipea

Equipe Técnica

Alexander Cambraia Nascimento Vaz – Ipea

Fábio de Sá e Silva – Ipea

Felix Garcia Lopez – Ipea

Gregório Bueno Benevides Rodrigues Moraes – Secretaria-Geral da Presidência da República

Mateus Galetti de Araújo – Secretaria-Geral da Presidência da República

Raquel Meirelles – Ipea

Roberto Rocha C. Pires – Ipea

Uriella Ribeiro – Ipea

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
3 A CONAETI: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
4 DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS NA PESQUISA IPEA/CONAETI.....	16
5 QUESTÕES ABERTAS	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE.....	49
REFERÊNCIAS ..	51
ANEXOS.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Situação na comissão
- Gráfico 2 – Amostra segundo setor de representação
- Gráfico 3 – Representantes segundo o sexo
- Gráfico 4 – Representantes segundo a cor/raça
- Gráfico 5 – Escolaridade dos representantes
- Gráfico 6 – Religião ou culto dos representantes
- Gráfico 7 – Faixa etária dos representantes
- Gráfico 8 – Representantes segundo a renda familiar média mensal
- Gráfico 9 – Renda familiar média mensal por setor
- Gráfico 10 – Representantes segundo o tempo na comissão
- Gráfico 11 – Representação de outros setores dentro da comissão (anterior à representação atual)
- Gráfico 12 – Participação dos representantes em outros conselhos
- Gráfico 13 – Número total de representantes
- Gráfico 14 – Diversidade dos setores representados
- Gráfico 15 – Número de representantes em cada setor
- Gráfico 16 – Avaliação do número de representantes em cada setor, por segmento
- Gráfico 17 – Forma de escolha das entidades com assento na comissão
- Gráfico 18 – Forma de escolha dos representantes dentro das entidades
- Gráfico 19 – Interesses prioritários
- Gráfico 20 – Grau de articulação dos representantes com o poder público
- Gráfico 21 – Grau de articulação dos representantes com a sociedade civil
- Gráfico 22 – Presença de base de apoio no exercício do mandato do representante
- Gráfico 23 – Frequência de contato com a base de apoio
- Gráfico 24 – Principais formas de contato com a base de apoio
- Gráfico 25 – Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 26 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para definir posicionamento
- Gráfico 27 – Frequência de consulta à base de apoio para relatar debates/deliberações da comissão
- Gráfico 28 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para relatar debates/deliberações da comissão
- Gráfico 29 – Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação na comissão
- Gráfico 30 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para prestar contas sobre a atuação na comissão
- Gráfico 31 – Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 32 – Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para construir/fortalecer articulações
- Gráfico 33 – Frequência da correspondência entre a atuação dos representantes e os interesses de seu setor
- Gráfico 34 – Influência na agenda do CN
- Gráfico 35 – Influência da atuação da comissão nas políticas públicas do MTE
- Gráfico 36 – Influência da atuação da comissão nas políticas públicas de outros ministérios com os quais a comissão se relaciona
- Gráfico 37 – Influência da comissão nas iniciativas da sociedade civil
- Gráfico 38 – Influência da comissão nas iniciativas do setor privado
- Gráfico 39 – Influência da comissão na percepção da opinião pública sobre o tema
- Gráfico 40 – Compreensão dos assuntos tratados na comissão
- Gráfico 41 – Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
- Gráfico 42 – Atuação do poder público
- Gráfico 43 – Atuação da sociedade civil
- Gráfico 44 – Avaliação da Secretaria Executiva da comissão
- Gráfico 45 – Meios de divulgação e comunicação
- Gráfico 46 – Regimento interno e resoluções
- Gráfico 47 – Presidência da comissão

Gráfico 48 – Plenárias

Gráfico 49 – Subcomissões

Gráfico 50 – Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pela comissão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição geográfica dos membros da Conaeti

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Amostra de conselhos e comissões

Quadro 2 – Membros da Conaeti atualmente

Quadro 3 – Distribuição dos representantes por município

Quadro 4 – Atuação em conselhos fora da Conaeti

Quadro 5 – Resumo do perfil dos representantes da Conaeti

Quadro 6 – Pontos fortes da Conaeti

Quadro 7 – Sugestões de melhoria na atuação da Conaeti

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

Conaeti – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Diest – Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

1 INTRODUÇÃO

O Ipea, em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência da República, estabeleceu o tema da participação social e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. Dado o recente fortalecimento das relações entre a sociedade civil e o Estado, por meio da ampliação e diversificação dos canais de participação – tais como conselhos, comissões, conferências, audiências públicas, ouvidorias –, o instituto considera fundamental conhecer estes espaços democráticos a fim de contribuir na criação de condições para seu aprimoramento.

Os conselhos de políticas públicas são aqui entendidos como espaços públicos vinculados a órgãos do Poder Executivo e têm por finalidade permitir a participação da sociedade na definição de prioridades para a agenda política, bem como na formulação, acompanhamento e controle das políticas públicas. São constituídos em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, é importante ressaltar que eles permitem a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política.

Hoje existem conselhos nas diversas áreas de políticas públicas e níveis da federação. O presente relatório compõe a série *Conselhos Nacionais: perfil, atuação e visão dos membros* e, integrando o Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil, conduzido pela Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea, se propõe a estudar os conselhos de âmbito nacional. O número destes conselhos aumentou consideravelmente desde o início da década de 1990. Se entre 1930 e 1989 foram criados cinco conselhos nacionais, de 1990 a 2009 foram criados 26 conselhos nacionais (IPEA, 2010), fato diretamente relacionado à difusão da ideia de participação nas políticas públicas pós-Constituição Federal (CF) de 1988. Como consequência, a quantidade de cidadãos que passou a participar da construção das políticas por meio desses espaços é significativa, o que requer mudanças na forma de o Estado gerir as políticas públicas, mudanças que pressupõem, necessariamente, o conhecimento acerca de quem participa e como funcionam esses espaços.

Os objetivos da pesquisa, na tentativa de criar subsídios para a compreensão do funcionamento dessas instituições, são:

- traçar o perfil dos membros dos conselhos nacionais de políticas públicas;
- analisar como avaliam sua própria atuação;
- investigar como avaliam o trabalho do conselho; e
- investigar como percebem a influência do conselho.

Utilizou-se, para alcançar esses objetivos, um questionário padrão (anexo 1), aplicado em 21 conselhos nacionais e em três comissões (cujas características similares aos conselhos permitiram sua inclusão na amostra). O questionário foi elaborado em função dos objetivos citados anteriormente, quais sejam: perfil, atuação, avaliação de estruturas e avaliação de impactos.

O presente relatório contém a sistematização das respostas dos membros da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti). Tais informações constituem um diagnóstico da comissão na visão de seus próprios integrantes. Os relatórios, que também serão entregues a outros conselhos e comissões, têm por finalidade oferecer informações básicas que contribuam para o aperfeiçoamento do processo democrático e decisório no colegiado.

As seções seguintes do relatório são constituídas por:

- descrição da metodologia da pesquisa e das atividades realizadas;
- uma contextualização da Conaeti, com breve histórico da comissão, seguido da descrição de suas competências, composição, estrutura e ferramentas de atuação junto às políticas públicas;
- descrição dos dados coletados por meio do questionário padrão – questões fechadas e abertas; e
- considerações finais e algumas questões para debate identificadas a partir das respostas dos membros da comissão com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e fortalecimento do processo decisório e participativo do órgão.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em duas fases. A primeira fase consistiu em coletar e sistematizar informações sobre os principais conselhos e comissões pertinentes de âmbito nacional por meio de aplicação de questionário padrão, estruturado com 28 questões (anexo 1) divididas em três blocos:

- Bloco 1: perfil dos cidadãos que atuam como membros;
- Bloco 2: forma de atuação do conselheiro; e
- Bloco 3: funcionamento da comissão.

O objetivo desta fase, da qual este relatório é o produto final, foi analisar separadamente cada conselho ou comissão nacional e apresentar aos seus membros um relatório descritivo contendo as informações específicas do órgão de qual fazem parte. Cada um dos conselhos e comissões em que foi possível a aplicação do questionário para uma quantidade significativa de integrantes – mais de 50% do número de questionários em relação ao número de titulares no conselho ou comissão – receberá de volta um relatório como este, contendo a descrição das informações coletadas.

A segunda fase tem por objetivo analisar, de forma agregada e comparada, os 21 conselhos e as três comissões que compõem a amostra da pesquisa (quadro 1). A ideia é fornecer um diagnóstico inédito e abrangente sobre esses espaços de participação. Este diagnóstico será constituído pela análise do perfil dos membros nacionais, pela identificação de características do funcionamento dessas instituições – que podem influenciar na eficiência e eficácia democrática – e, por fim, pela avaliação do papel e da influência dos conselhos nacionais nas políticas públicas brasileiras.

Os conselhos e comissões que compõem a amostra foram selecionados de acordo com critérios específicos, já expressos anteriormente pelo Ipea (2010, p. 572), quais sejam:

- conselhos considerados centrais em suas áreas de políticas públicas – excluem-se, assim, os conselhos auxiliares e complementares na execução de políticas, como conselhos curadores e conselhos gestores de fundos, ou de administração de programas que compõem políticas mais amplas, e os conselhos políticos;
- conselhos que tenham necessariamente a presença de sociedade civil em sua composição; e
- conselhos criados por ato normativo de abrangência ampla – decreto presidencial ou lei promulgada pelo Congresso Nacional (CN).

Segue o quadro 1 com a amostra inicial da pesquisa.

QUADRO 1
Amostra de conselhos e comissões

Número	Sigla	Conselho	Órgão vinculado	Membros titulares	Questionários respondidos
1	CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	13	6
2	CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	18	19
3	CNCD/ LGBT	Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	30	29
4	CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	28	16
5	CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	44	17
6	CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária	Ministério do Trabalho e Emprego	56	34
7	CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural	Ministério da Cultura	52	25
8	CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	30	19
9	CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista	Ministério da Justiça	35	16
10	CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial	Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial	44	34
11	CNPS	Conselho Nacional da Previdência Social	Ministério da Previdência Social	15	15
12	CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	Ministério do Meio Ambiente	57	47
13	CNS	Conselho Nacional de Saúde	Ministério da Saúde	48	62
14	CNT	Conselho Nacional de Turismo	Ministério do Turismo	69	43
15	Conade	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	38	23
16	Conaeti	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil	Ministério do Trabalho e Emprego	31	25
17	Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Ministério do Meio Ambiente	106	79
18	Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	29	24
19	Conape	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca	Ministério da pesca e aquicultura	54	35
20	CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública	Ministério da Justiça	48	36
21	Concidades	Conselho das Cidades	Ministério das Cidades	86	55
22	CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Ministério do Desenvolvimento Agrário	38	28
23	Conjuve	Conselho Nacional de Juventude	Secretaria-Geral da Presidência da República	60	40
24	Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	57	40

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos critérios selecionados, 27 conselhos nacionais e três comissões foram incluídos nesta pesquisa. A aplicação dos questionários ocorreu com sucesso em 21 conselhos e em três comissões. Não foi possível a aplicação dos questionários nos seguintes conselhos: Conselho Nacional de Educação; Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional do Esporte; Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção; Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Por fim, foram obtidas 707 respostas de membros e 60 de membros de comissão, totalizando 767 questionários respondidos.

Foi adotada uma metodologia híbrida para a aplicação dos questionários, compreendendo duas etapas. A primeira e mais efetiva em termos de volume de retorno deu-se por meio da aplicação dos questionários no conselho ou na comissão. Na Conaeti, os questionários foram aplicados durante a 16ª reunião ordinária do pleno, realizada entre os dias 18 e 19 de maio de 2011 em Brasília – Distrito Federal. Os questionários foram entregues aos membros da comissão no primeiro dia de reunião e foi feito um informe sobre a aplicação do questionário e sobre os objetivos da pesquisa. Os questionários foram recolhidos pela equipe do Ipea ao término do segundo dia. A segunda etapa, de caráter complementar, previa o envio do questionário a ser preenchido virtualmente, a partir do recebimento do arquivo por *e-mail*. A adoção de estratégia híbrida para o preenchimento do questionário (presencial e por *e-mail*) mostrou-se satisfatória, pois contribuiu para elevar o retorno de questionários.

Responderam ao questionário 25 membros da comissão, entre titulares e suplentes, o que corresponde a aproximadamente 80% do total de 31 assentos na composição da Conaeti. Uma observação mais detalhada da distribuição da amostra segundo a situação na comissão, se titular ou suplente (gráfico 1) e segundo o setor de representação (gráfico 2), é feita na seção 4 deste relatório.

Após a coleta dos questionários, os mesmos foram tabulados e incluídos em banco de dados com o auxílio do *software* statistical package for the social sciences (SPSS), o qual servirá posteriormente para efetuar as análises comparativas entre conselhos. A tabulação dos dados constitui a principal fonte que sustenta as informações e as conclusões apresentadas neste relatório descritivo. Além disso, foi feita uma caracterização da comissão utilizando a legislação desta e trabalhos que abordaram sua temática.

3 A CONAETI: CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Breve histórico

Embora o trabalho infantil tenha sido um fenômeno presente na história brasileira desde os tempos de colônia, o crescimento econômico e populacional vivenciado, sobretudo, a partir do século XX, levou a um aumento do número de crianças e adolescentes de até 18 anos trabalhando no país, notadamente entre aqueles afetados diretamente pela desigualdade na distribuição de renda (BRASIL, 2004). Percebendo o trabalho infantil como um

fenômeno social relevante e como um desafio a ser superado, o Brasil tem trabalhado para a prevenção e o enfrentamento destas atividades.

A CF de 1988 adotou o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e estabelecendo como deveres da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente

o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Artigo 227).

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, alterou o Artigo 7º da CF, estabelecendo em 16 anos a idade mínima de acesso ao trabalho e proibindo qualquer atividade de emprego ou trabalho abaixo desta idade. Além disso, para menores de 18 anos são proibidas atividades consideradas dentro do grupo das piores formas de trabalho, isto é, atividades perigosas, insalubres, penosas, noturnas e prejudiciais ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social (BRASIL, 2004). Às disposições constitucionais somam-se, ainda, outros dispositivos que ajudam a reger o trabalho infantil, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, e o capítulo 4 “Da proteção do trabalho do menor”, do título 3 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A legislação brasileira sobre trabalho infantil está em conformidade com as disposições da Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), e com as convenções nº 138 e nº 182 da Organização Internacional do Trabalho. A Convenção dos Direitos da Criança define a proibição da exploração econômica da criança, sendo considerada exploração todo tipo de atividade que prejudica a escolaridade básica. Por sua vez, a Convenção nº 138, ratificada pelo Brasil em 28 de junho de 2001, estabelece que os países que a ratificaram devem especificar, em declaração, a idade mínima para ingresso no trabalho e emprego (BRASIL, 2004). Finalmente, a Convenção nº 182, aprovada pela ONU em 1999 e ratificada em 2 de fevereiro de 2000 pelo Brasil, versa sobre as piores formas de trabalho infantil e visa ajudar a suplementar e a priorizar os esforços de prevenção e erradicação do trabalho infantil (BRASIL, 2004).

Dados recolhidos pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) demonstram que o trabalho infantil tem diminuído no Brasil ao longo dos anos. Se em 1992 o total de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos exercendo algum tipo de atividade econômica era de 9,7 milhões, em 2004 este contingente cai para 5,3 milhões; e em 2009, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para 4,3 milhões de trabalhadores nesta faixa etária (IBGE, 2009). Esta redução pode ser atribuída, entre outros fatores, à diminuição do crescimento populacional da faixa etária de referência em comparação com anos anteriores, bem como à introdução de medidas mais direcionadas, por parte do governo, ao combate contra o trabalho infantil (BRASIL, 2004). Apesar desta diminuição, a erradicação desse tipo de trabalho é um desafio importante para o país.

Com o objetivo de enfrentar esse desafio de maneira mais direta, bem como garantir o cumprimento dos compromissos assumidos a partir da ratificação das convenções internacionais supracitadas, foi criada a Conaeti, por intermédio da Portaria nº 365, de 12 de setembro de 2002. Coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a principal atribuição da comissão foi a elaboração do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, em 2003, um marco para a temática. Neste plano, o trabalho infantil é entendido como

atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da sua condição ocupacional (BRASIL, 2004, p. 9).

Para efeitos de proteção ao trabalhador adolescente, é considerado todo o trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos incompletos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos incompletos.

3.2 Finalidades e competências

De acordo com o regimento interno da comissão, instituído pela Portaria MTE nº 952, de 8 de julho de 2003, compete à Conaeti a coordenação, o monitoramento e a avaliação da execução do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, cabendo propor, segundo a necessidade, mudanças anuais deste. Além disso, cabe à comissão:

- verificar a conformidade das Convenções Internacionais do Trabalho nºs 138 e 182 com outros diplomas legais vigentes, elaborando propostas para a regulamentação de ambas e para as adequações legislativas porventura necessárias;
- avaliar as atividades referentes à Portaria nº 20, de 13 de setembro de 2001, alterada pela Portaria nº 4, de 21 de março de 2002, que define as atividades nas quais é proibido o trabalho do menor de 18 anos; e
- propor mecanismos para monitoramento da aplicação da Convenção nº 182.

Outra finalidade importante da comissão é promover a articulação com outras instâncias governamentais e com a sociedade civil, tendo em vista o entendimento de que o combate ao trabalho infantil possui diversas interfaces e seu enfrentamento requer ações conjuntas em diferentes eixos, como educação, saúde, esporte e lazer etc., passando por considerações quanto a clivagens sociais – como gênero e raça –, as quais também caracterizam o fenômeno (BRASIL, 2011b).

3.3 Composição¹

A composição da Conaeti foi definida, inicialmente, pela Portaria nº 365, de 12 de setembro de 2002, a qual criou a comissão. Tal portaria estabeleceu a composição em 18 entidades representativas dos segmentos do governo, dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade civil, cada uma delas representadas por um membro titular e um suplente, ficando a sua coordenação a cargo do MTE.

1. As informações fornecidas neste tópico foram obtidas principalmente junto à Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do MTE.

Em 8 de julho de 2003, foi editada a Portaria nº 952, que alterou a composição da comissão para 33 representações. Na mesma data, foi editada também a Portaria nº 953, que designou os novos membros titulares e suplentes da comissão, segundo a sua representação. Atualmente a comissão é composta por 31 membros (quadro 2), com as representações detalhadas na Portaria nº 2.438, de 8 de outubro de 2010. Não há um período definido de mandato. Qualquer alteração na composição da comissão deve sempre ser deliberada em reunião, de forma consensual.

QUADRO 2
Membros da Conaeti atualmente

Ministério do Trabalho e Emprego (coordenador)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Ministério da Cultura
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ministério da Educação
Ministério do Esporte
Ministério da Justiça
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério da Saúde
Ministério do Turismo
Secretaria Especial de Direitos Humanos
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Ministério Público do Trabalho
Central Única dos Trabalhadores
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Força Sindical
União Geral dos Trabalhadores
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
Confederação Nacional da Indústria
Confederação Nacional das Instituições Financeiras
Confederação Nacional do Transporte
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
Organização Internacional do Trabalho
Fundo das Nações Unidas para a Infância

Fonte: Brasil (2011c).

3.4 Organização

De acordo com o seu regimento interno (BRASIL, 2003), a Conaeti estrutura-se em torno de reuniões, de subcomissões e de uma coordenação. A coordenação é exercida pelo representante do MTE, órgão que também provê o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento da comissão. Cabe à coordenação convocar as reuniões, elaborar suas

respectivas pautas e atas, assim como coordená-las.

As reuniões ordinárias são realizadas bimestralmente e o *quorum* necessário à sua abertura equivale à maioria absoluta dos membros. As representações podem ser acompanhadas por até dois assessores técnicos que não têm direito a voz. As deliberações da comissão são adotadas mediante consenso, sendo as divergências registradas em ata.

Por fim, a estrutura da Conaeti é composta por quatro subcomissões, são elas:

- Subcomissão para Análise e Adequação da Legislação Nacional às Disposições das Convenções nºs 138 e 182;
- Subcomissão para Assuntos Internacionais Relacionados ao Trabalho Infantil (Cooperação Sul-Sul);
- Subcomissão para Análise e Definição das Piores Formas de Trabalho Infantil; e
- Subcomissão de Revisão do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente.

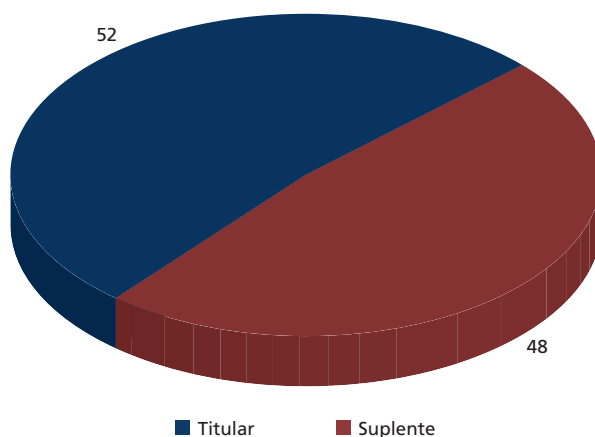
Inicialmente, as duas últimas subcomissões listadas eram previstas como temporárias, no entanto, identificou-se a necessidade de manutenção das duas para revisão constante da lista das piores formas do trabalho infantil e do plano nacional, respectivamente. Dessa forma, atualmente as quatro subcomissões possuem caráter permanente. A composição das subcomissões é deliberada em plenária, sendo que cada uma possui um coordenador e um relator. As subcomissões são responsáveis por elaborar seu plano de trabalho interno e a comissão delibera sobre os relatórios e os pareceres emitidos pelas subcomissões.

4 DADOS E INFORMAÇÕES COLETADAS NA PESQUISA IPEA/CONAETI

Descrevem-se aqui as informações obtidas por meio da sistematização dos dados coletados com a utilização do questionário (anexo 1) na Conaeti. A descrição é dividida em três blocos, os quais expressam, respectivamente, o perfil dos cidadãos que integram a comissão, sua percepção a respeito da forma de atuação dos representantes e sobre o funcionamento da comissão. As informações são apresentadas na forma de gráficos acompanhados de parágrafos explicativos.

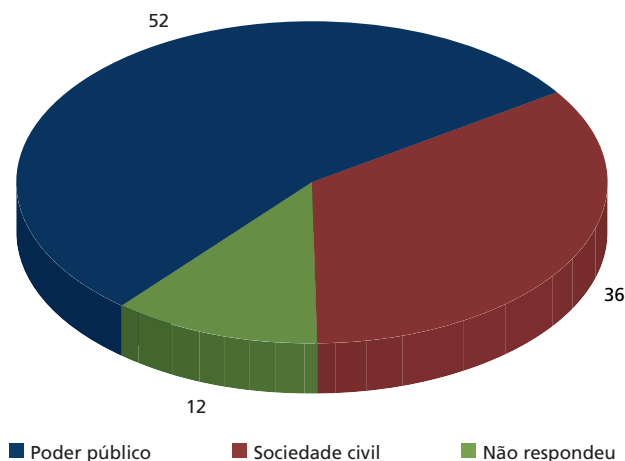
Inicialmente, verifica-se a distribuição do preenchimento do questionário por situação na comissão, ou seja, se titular, suplente ou outros (gráfico 1). Conforme se pode observar, entre os que responderam ao questionário, 52% eram representantes titulares e 48% suplentes.

GRÁFICO 1
Situação na comissão
(Em %)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 2
Amostra segundo o setor de representação
(Em %)



Elaboração dos autores.

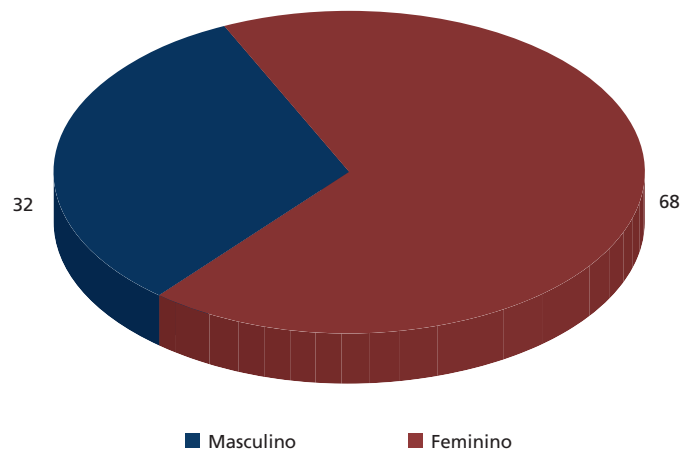
O gráfico 2 nos oferece a distribuição percentual dos membros da Conaeti segundo o setor de representação. Como é possível perceber, entre os representantes que compõem a amostra, 52% integram a sociedade civil e 36% representam o poder público. Entre os 12% que não responderam a esta questão estão representantes de organismos internacionais que integram a comissão, mas que não se encaixavam em nenhuma das categorias.

4.1 Bloco 1: perfil dos representantes

Este bloco apresenta o perfil dos representantes que participaram da pesquisa. Os dados mostram sua caracterização no que se refere a sexo, cor, escolaridade, religião, faixa etária, renda, município de residência, tempo que atua como membro da comissão e informações sobre possível atuação em outros conselhos ou comissões.

4.1.1 Distribuição dos representantes segundo o sexo

GRÁFICO 3
Representantes segundo o sexo
(Em %)

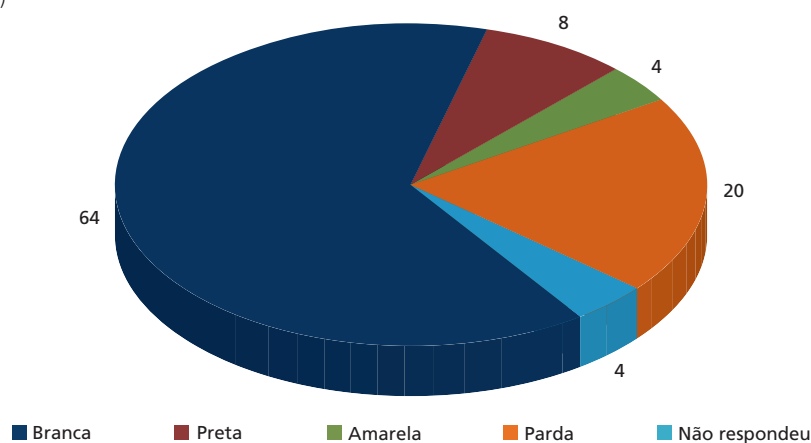


Elaboração dos autores.

Conforme o gráfico demonstra, existe uma predominância feminina (68%) dentro da comissão. Isto diferencia a comissão, como instância de democracia participativa, do CN – legítima casa de democracia representativa. Enquanto na Conaeti verifica-se a presença de 68% de mulheres contra 32% de homens, no CN as mulheres estão significativamente sub-representadas, sendo que estas ocupam menos de 10% das cadeiras – são 43 parlamentares do sexo feminino contra 470 do sexo masculino (BRASIL, 2011a). Isto significa que a representação das mulheres no parlamento brasileiro é bem menos expressiva que na comissão em questão, na qual a representação feminina supera a masculina.

4.1.2 Representantes segundo a cor/raça

GRÁFICO 4
Representantes segundo a cor/raça
(Em %)



Elaboração dos autores.

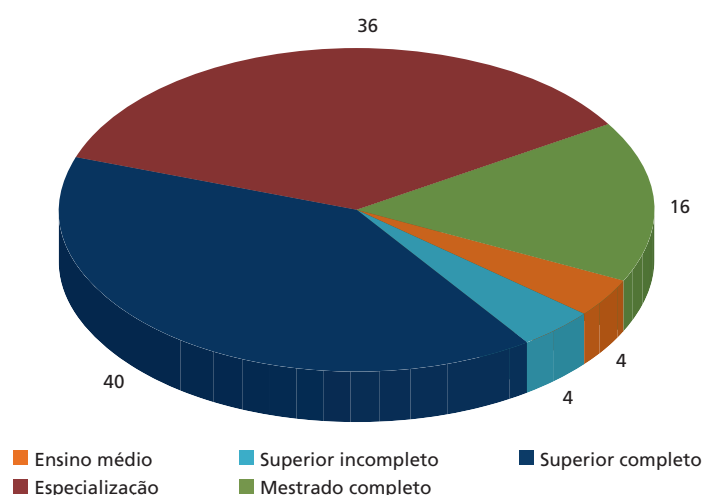
Tal qual é possível observar no gráfico 4, a Conaeti é composta predominantemente por representantes que se declaram brancos (64%). Entre os demais, 20% se

disseram pardos, 8% pretos, 4% amarelos e 4% não responderam.

As opções de cor disponíveis nessa questão foram baseadas na tipologia adotada pelo IBGE no Censo 2010 e incluíam: branca, preta, parda, amarela e indígena. Apesar de estas cinco categorias utilizadas pelo IBGE serem, por vezes, alvo de críticas, o IBGE considera que elas ajudam a construir um papel legitimador das representações sobre os diversos grupos étnicos raciais que convivem no Brasil (IBGE, 2008, p. 12). Além disso, “os termos propostos (...) foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma ideia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos” (SCHWARTZMAN, 1998).

4.1.3 Escolaridade dos representantes

GRÁFICO 5
Escolaridade dos representantes
(Em %)



Elaboração dos autores.

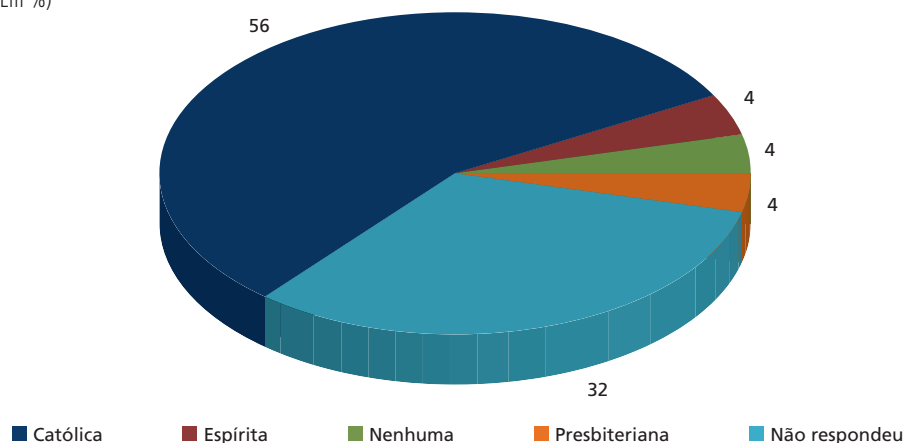
A média de escolaridade do brasileiro com 25 anos de idade ou mais, medida pelo IBGE em 2009, é de 7,1 anos de estudo, o que significa uma escolaridade que não alcança a conclusão do ensino fundamental (IBGE, 2010a, p. 50). Os membros da Conaeti apresentam escolaridade acima desta média, considerando-se que todos possuem pelo menos o ensino médio completo. Conforme mostra o gráfico 5, 92% dos representantes possuem o ensino superior completo, sendo que destes 36% possuem algum tipo de especialização e 16% possuem mestrado completo. Isto revela uma escolaridade alta entre os membros da comissão. Quatro por cento disseram ter ensino superior incompleto e 4% ensino médio completo.

4.1.4 Religião dos representantes

Pode-se observar, pelo gráfico 6, a divisão dos membros por religião ou culto. Utilizou-se a terminologia e o tipo de pergunta adotada no Censo do IBGE: “qual sua religião ou culto?”. Dessa forma, evitou-se o uso de uma grande lista de respostas possíveis, o

que poderia deixar de incluir algum grupo religioso. A partir das respostas abertas a esta pergunta, foram delimitadas as categorias dispostas no gráfico 6.

GRÁFICO 6
Religião ou culto dos representantes
(Em %)

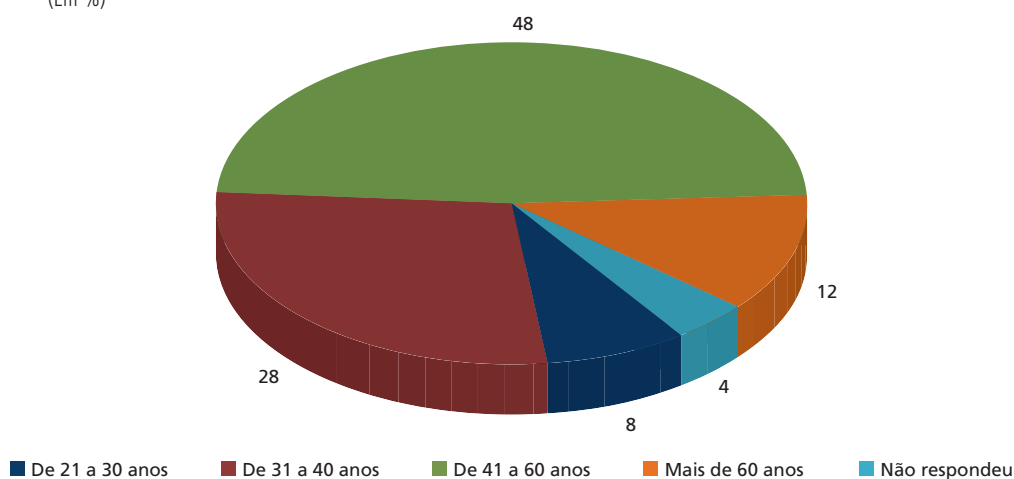


Elaboração dos autores.

Embora uma proporção significativa dos representantes tenha optado por não declarar sua religião ou culto (32%), entre aqueles que responderam observa-se que a maior parte dos representantes declarou-se católica (56%). Outras religiões ou opções religiosas não corresponderam a mais de 12% dos representantes que responderam à questão.

4.1.5 Faixa etária dos representantes

GRÁFICO 7
Faixa etária dos representantes
(Em %)



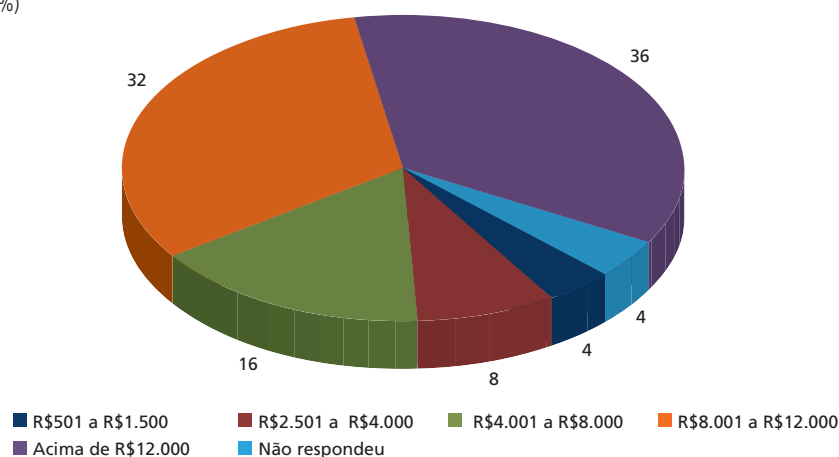
Elaboração dos autores.

Em relação à faixa etária, observa-se no gráfico 7 que a maior parte dos representantes da Conaeti possui entre 41 e 60 anos (48%). Dos demais, 28% disseram possuir entre 31 e 40 anos, 12% mais de 60 anos e apenas 8% entre 21 e 30 anos.

4.1.6 Renda familiar média mensal dos representantes

A renda mensal familiar foi sistematizada por meio das faixas de renda adotadas pelo IBGE. A partir do gráfico 8, é possível verificar que a renda familiar mensal média de boa parte dos membros da Conaeti está muito acima do rendimento médio das famílias brasileiras tal qual medido na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada entre os meses de maio de 2008 e 2009 pelo IBGE. A pesquisa, que abarcou uma amostra de 60 mil domicílios urbanos e rurais, demonstra que a família brasileira tem uma renda média de R\$ 2.763,47 (IBGE, 2010b).

GRÁFICO 8
Representantes segundo a renda familiar média mensal
(Em %)

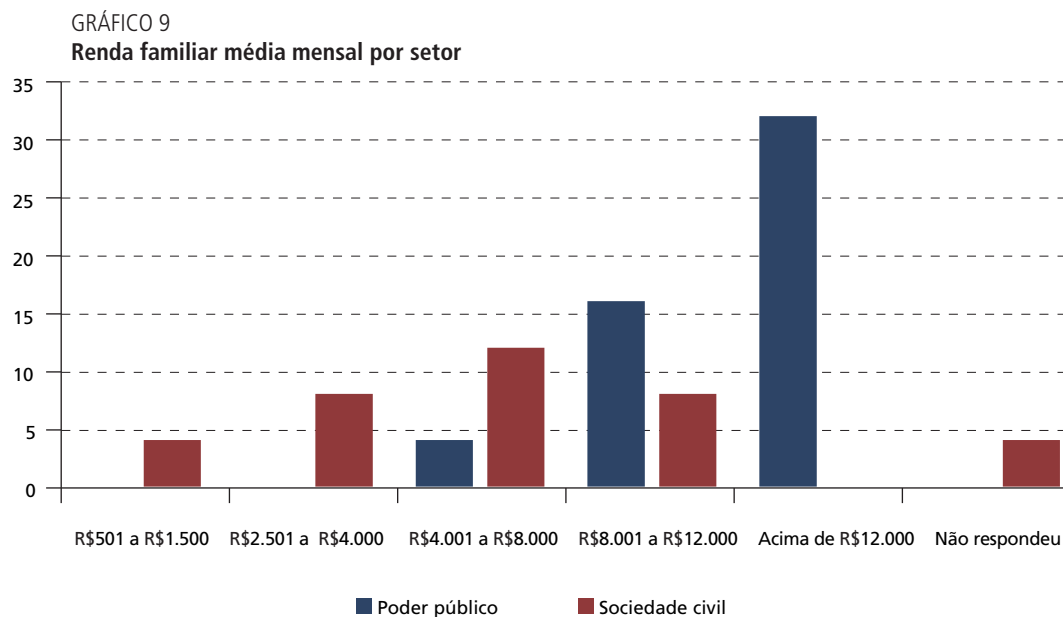


Elaboração dos autores.

No caso da comissão, 36% dos representantes possuem renda familiar acima de R\$ 12 mil, enquanto 32% declararam renda entre R\$ 8.001 e R\$ 12 mil, e 16% entre R\$ 4.001 e R\$ 8 mil. Apenas 8% disseram ter renda entre R\$ 2.501 e R\$ 4 mil e 4% entre R\$ 501 e R\$ 1.500. Quatro por cento não responderam à questão.

Renda familiar mensal por segmento

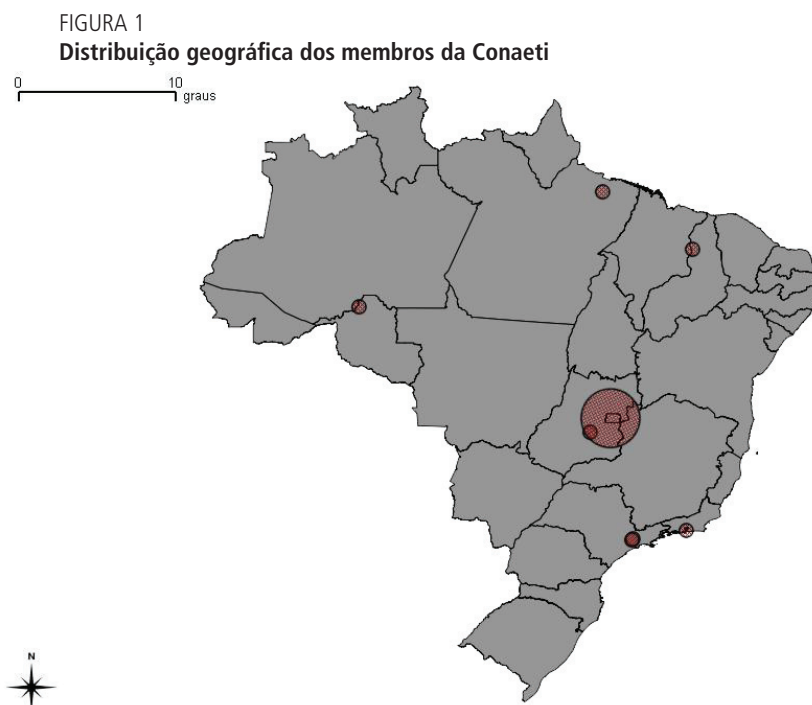
Analisando-se a renda média mensal por setor de representação (gráfico 9), é possível perceber que as rendas mais altas são observadas entre os representantes do poder público, os quais respondem por quase 50% daqueles que possuem renda maior que R\$ 8.001. Por seu turno, percebe-se uma distribuição mais variada da renda entre os representantes da sociedade civil – os quais eram maioria entre os que responderam ao questionário. Além disso, é interessante observar que nenhum representante deste setor ganha mais de R\$ 12 mil e que este concentra cerca de 12% de representantes que disseram ter renda familiar mensal de até R\$ 4 mil.



4.1.7 Município/Unidade da Federação (UF) de residência dos representantes

De modo a obter uma melhor representação espacial da distribuição dos membros no país, foi feito um mapa demonstrativo (figura 1). Neste mapa, os círculos indicam os municípios de residência e seu tamanho reflete a proporção de membros que indicaram residir naquele local. O detalhamento dos nomes dos municípios e a frequência de resposta para cada um podem ser encontrados no quadro 3.

Conforme é possível perceber a partir da figura 1, há uma grande concentração de membros da comissão na capital federal, Brasília. Os demais se distribuem, sobretudo, em capitais de outros estados, sendo a distribuição esparsa.



Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 3
Distribuição dos representantes por município

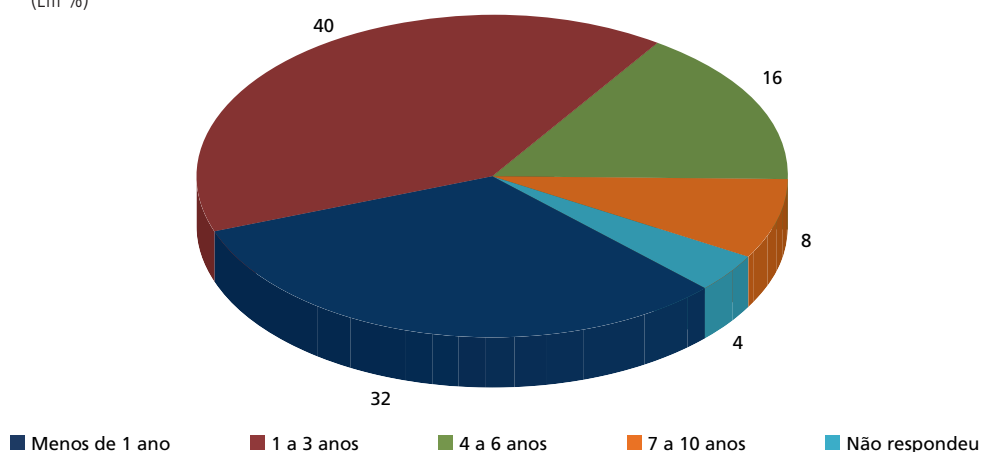
Município/UF de residência	Frequência
Brasília – DF	18
Belém – PA	1
Goiânia – GO	1
Guarulhos – SP	1
Porto velho – RO	1
Rio de Janeiro – RJ	1
São Paulo – SP	1
Teresina – PI	1
Total	25

Fonte: Dados da pesquisa.

4.1.8 Representantes segundo o tempo na comissão

Observa-se, no gráfico 10, que 40% dos membros da Conaeti estão na comissão entre um e três anos. Trinta e dois por cento responderam estar há menos de um ano na comissão, 16% entre quatro e seis anos e 8% entre sete e dez anos. Considerando que quase 64% dos representantes estão na comissão há pelo menos mais de um ano, isto poderia sugerir que existe um grau de experiência maior entre eles, dado que teriam acompanhado o processo da Conaeti há mais tempo. Isto também poderia indicar um baixo grau de rotatividade entre os membros, sobretudo no que se refere aos 24% que estão na comissão há mais de quatro anos.

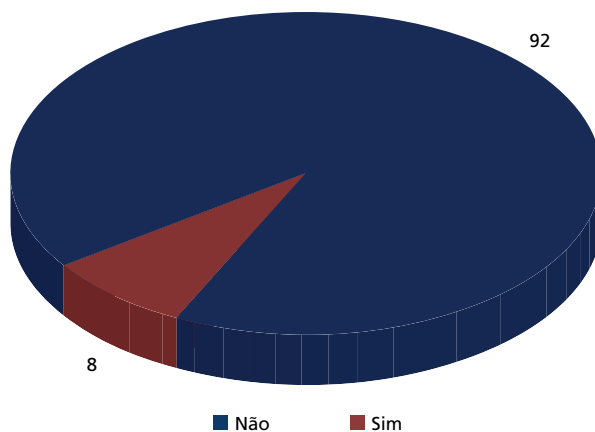
GRÁFICO 10
Representantes segundo o tempo na comissão
(Em %)



Elaboração dos autores.

4.1.9 Representação de outros setores dentro da comissão

GRÁFICO 11
Representação de outros setores dentro da comissão (anterior à representação atual)
(Em %)



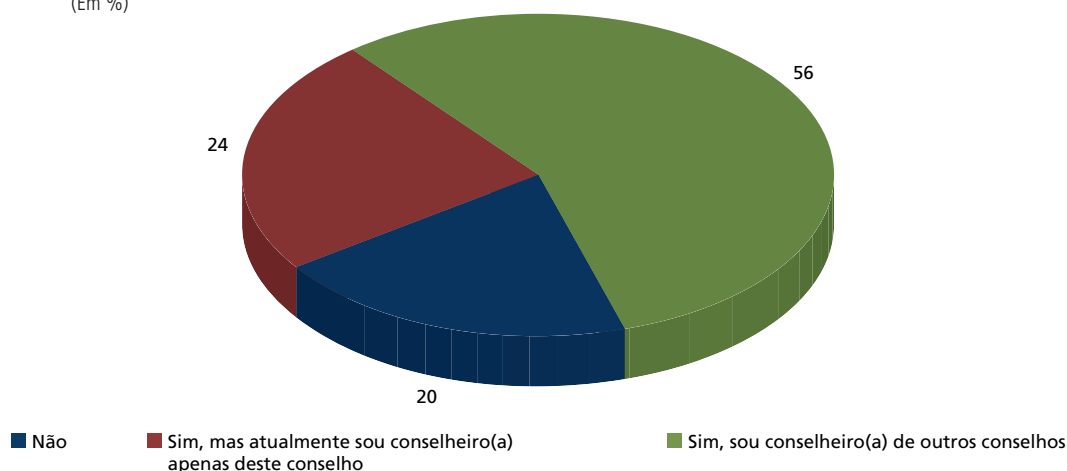
Elaboração dos autores.

De acordo com o gráfico 11, a grande maioria (92%) dos representantes da comissão jamais representou outro setor dentro desta. De acordo com as especificações fornecidas pelos 8% que disseram já ter representado outro setor, estes teriam sido representantes do poder público antes de ser representantes da sociedade civil.

4.1.10 Atuação em outros conselhos

O gráfico 12 representa as respostas à indagação sobre se o representante participa atualmente ou se já participou de outros conselhos nacionais.

GRÁFICO 12
Participação dos representantes em outros conselhos
(Em %)



Elaboração dos autores.

Vinte por cento dos representantes disseram não participar ou não ter participado de outros conselhos, ao passo que 80% dos representantes já foi ou ainda é conselheiro de outros conselhos. O quadro 4 especifica qual o tipo de conselho (nacional, estadual, municipal, relacionados a qualquer temática) dos quais os 80% que responderam “sim” à questão anterior já participaram ou participam. Como é possível perceber a partir do quadro 4, mais da metade destes representantes participa ou participou apenas de conselhos nacionais (13). Entre os demais, dois atuam ou atuaram em conselhos estaduais, dois em conselhos municipais e três tanto em conselhos nacionais quanto estaduais. Não houve respostas para outras interseções possíveis.

QUADRO 4
Atuação em conselhos fora da Conaeti

Tipo de conselho	Quantidade de membros
Apenas conselho nacional	13
Apenas conselho estadual	2
Apenas conselho municipal	2
Conselhos nacional e estadual	3
Total	20

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 5
Resumo do perfil dos representantes da Conaeti

Gênero	68% do sexo feminino e 32% do sexo masculino
Cor/raça	64% dos representantes se declaram de cor branca, 20% parda, 8% preta e 4% amarela
Escolaridade	4% ensino médio, 4% superior incompleto, 40% superior completo, 36% especialização, 16% mestrado completo
Religião ou culto	56% católica, 32% não declararam, 4% espírita, 4% presbiteriana, 4% não possuem
Faixa etária	48% entre 41 e 60 anos, 28% entre 31 a 40 anos, 12% com mais de 60 anos e 8% entre 21 a 30 anos
Renda mensal média familiar	4% entre R\$ 501,00 e R\$ 1.500,00, 8% entre R\$ 2.501,00 e R\$ 4 mil, 16% entre R\$ 4.001,00 e R\$ 8 mil, 32% entre R\$ 8.001,00 e R\$ 12 mil, 36% acima de R\$ 12 mil
Tempo na comissão	40% entre um e três anos, 32% a menos de um ano, 16% de quatro a seis anos, 8% de sete a dez anos
Representação anterior de outros setores dentro da Conaeti	92% dos membros nunca representaram outros setores dentro da Conaeti, 8% já o fizeram
Participação em outros conselhos	80% dos membros atuam ou já atuaram em outro conselho, enquanto 20% responderam que não participam ou não participaram de outros conselhos

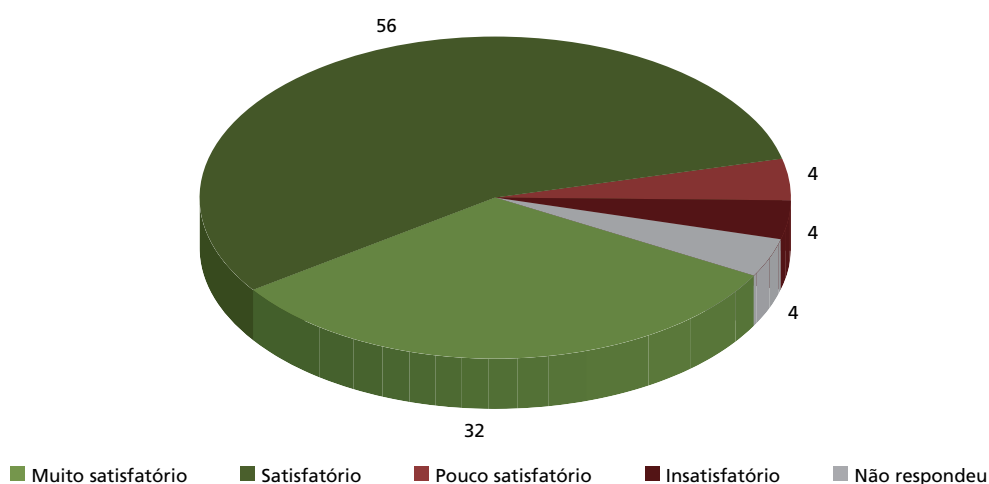
Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Bloco 2: atuação dos representantes

Este bloco busca captar a percepção dos membros acerca da composição da comissão, de sua própria atuação como representante, dos interesses que eles entendem defender, da articulação entre setores da comissão, interação e formas de comunicação com a base de apoio.² Os gráficos desta primeira seção representam o grau de satisfação do representante em relação aos aspectos citados. Cada respondente avalia em uma escala que inclui cinco opções de avaliação: muito satisfatória; satisfatória; pouco satisfatória; insatisfatória; e não sabe/não se aplica.

4.2.1 Avaliação do número total de representantes

GRÁFICO 13
Número total de representantes
(Em %)



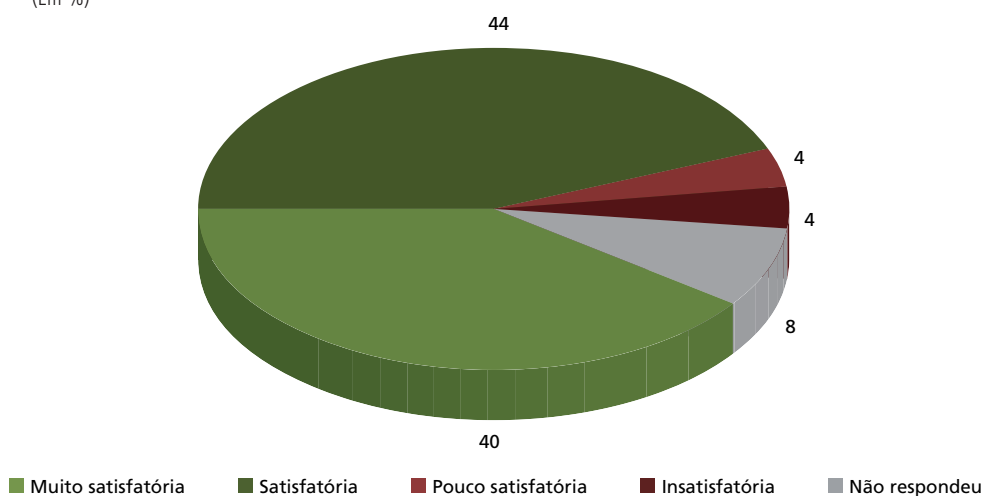
Elaboração dos autores.

Dos representantes da comissão que responderam ao questionário, a grande maioria (88%) acredita que o número total de representantes seja satisfatório ou muito satisfatório. Apenas 8% disseram achá-lo pouco satisfatório ou insatisfatório. Quatro por cento não responderam.

². Considerou-se como "base de apoio" o grupo principal de pessoas representadas pelo(a) representante.

4.2.2 Avaliação da diversidade de setores representados

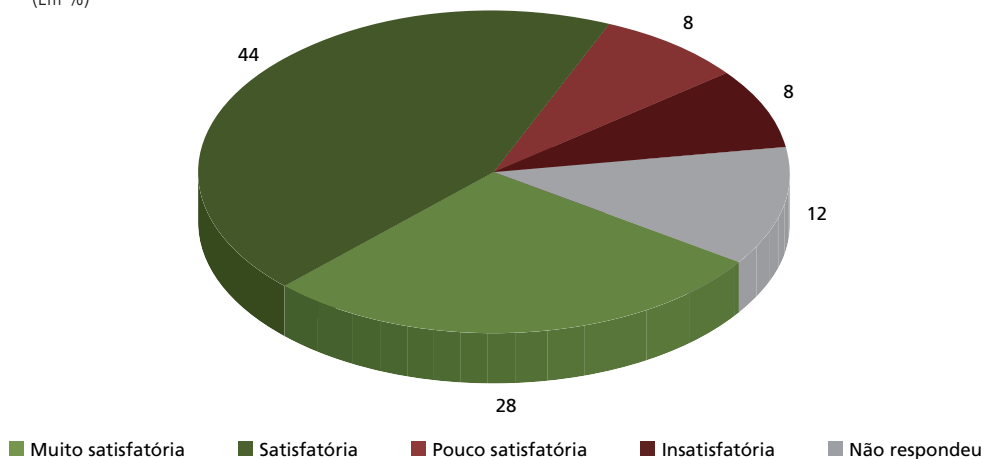
GRÁFICO 14
Diversidade dos setores representados
 (Em %)



Como é possível observar pelo gráfico 14, 84% dos representantes consideram a diversidade de setores satisfatória ou muito satisfatória. Avaliações negativas deste quesito somam apenas 8%. Onze por cento não responderam.

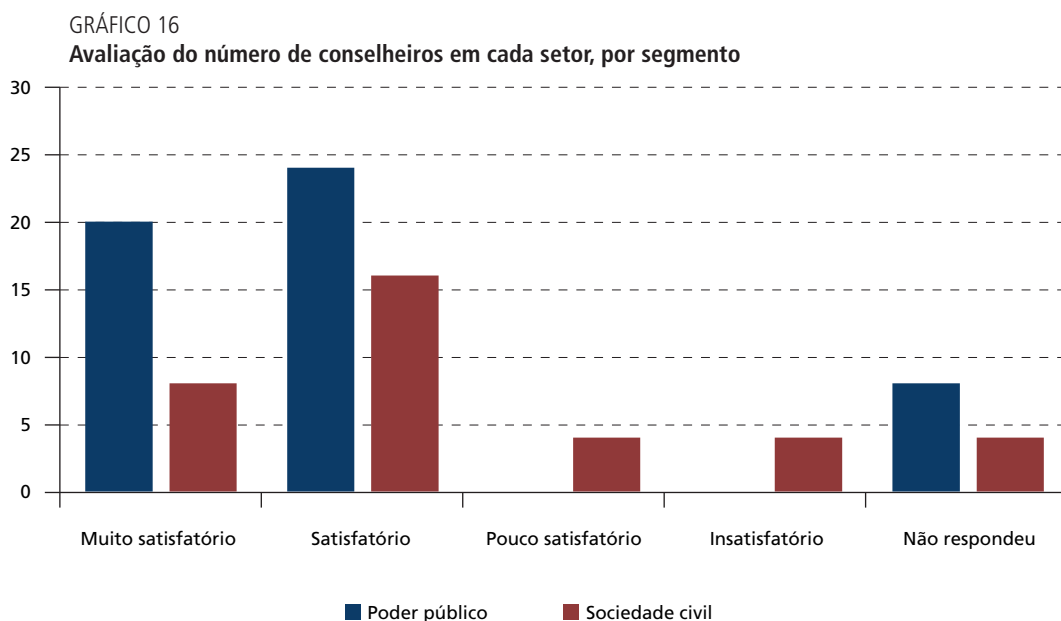
4.2.3 Avaliação do número de representantes em cada setor

GRÁFICO 15
Número de representantes em cada setor
 (Em %)



Elaboração dos autores.

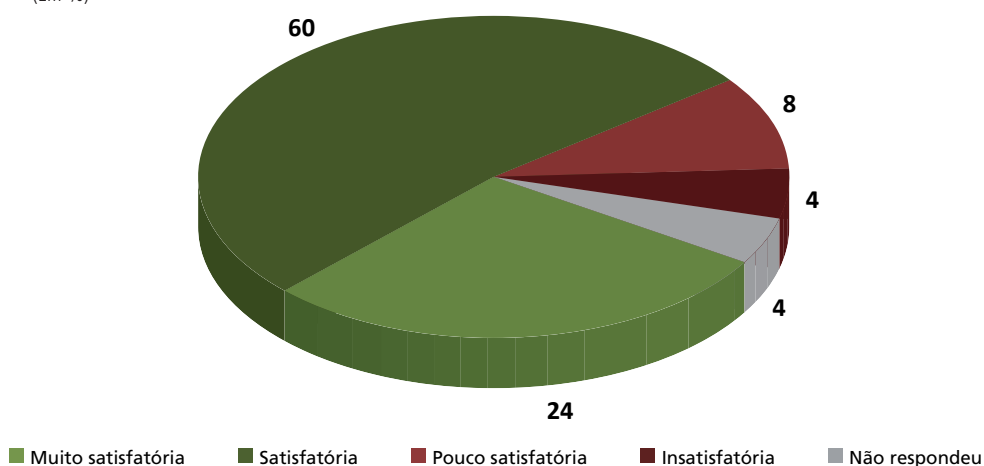
De acordo com o gráfico 15, quando se pede aos integrantes da comissão uma avaliação do número de representantes por setor, o nível de satisfação permanece alto. Setenta e dois por cento consideram satisfatório ou muito satisfatório o número de representantes por setor, e apenas 16% avaliam-no como pouco satisfatório ou insatisfatório. Doze por cento não responderam.



O gráfico 16 permite uma análise mais aprofundada desta questão, ao mostrar as respostas por segmento. Como é possível perceber, os representantes do poder público estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o número de representantes por setor. Embora também predominem avaliações positivas entre a sociedade civil, as avaliações “pouco satisfatório” e “insatisfatório” vieram apenas deste setor.

4.2.4 Avaliação da forma de escolha das entidades com assento na comissão

GRÁFICO 17
Forma de escolha das entidades com assento na comissão
(Em %)



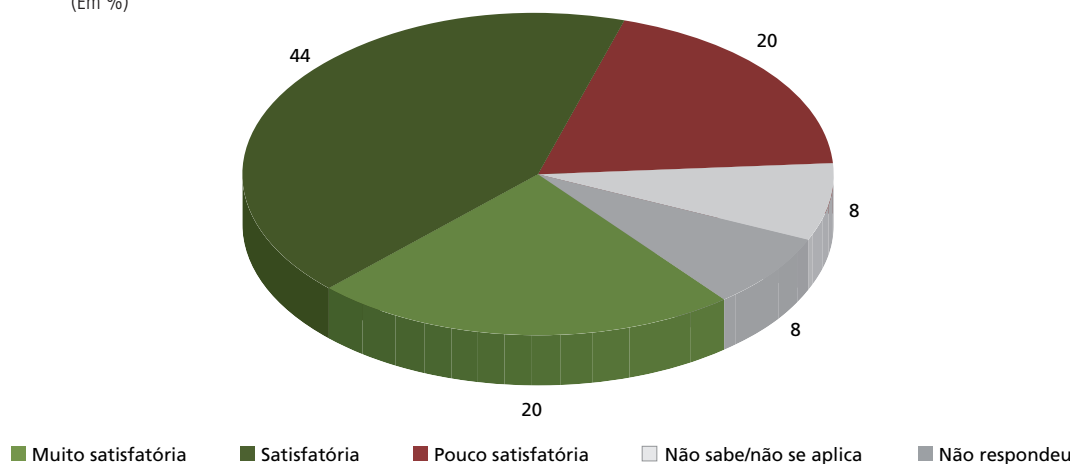
Em relação a este aspecto, a maioria dos representantes (84%) avalia a forma de escolha das entidades com assento na comissão como satisfatória ou muito satisfatória, ao passo que 12% se dizem insatisfeitos ou pouco satisfeitos com este ponto. Quatro por cento não responderam.

4.2.5 Avaliação da forma de escolha dos representantes dentro das entidades

GRÁFICO 18

Forma de escolha dos representantes dentro das entidades

(Em %)



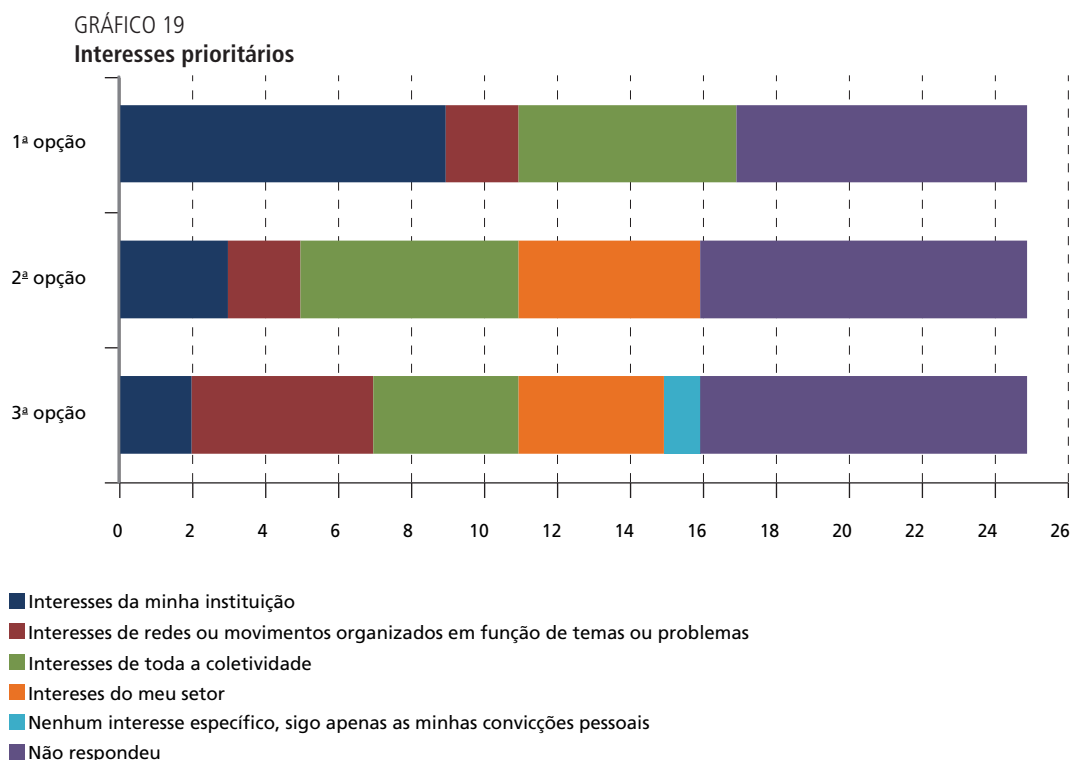
Elaboração dos autores.

Percebe-se, pelo gráfico 18, que a maior parte dos representantes da Conaeti estão muito satisfeitos (20%) ou satisfeitos (44%) com a forma de escolha dos representantes dentro das entidades que compõem a comissão. Vinte por cento disseram-se pouco satisfeitos com este aspecto e 16% não responderam ou não souberam responder.

4.2.6 Interesses prioritários

Ao serem questionados sobre quais interesses os mesmos defenderiam, foi solicitado que o conselheiro marcasse uma das seguintes opções: “nenhum interesse específico, siga apenas as minhas convicções pessoais”; “interesses da minha instituição”; “interesses do meu setor”; “interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos”; e “interesses de toda a coletividade”. Deveria ser marcada uma opção para o primeiro, outra para o segundo e outra para o terceiro interesse prioritariamente defendido pelo representante. Consideraram-se somente as respostas nas quais foi marcada apenas uma opção para cada ordem de prioridade.

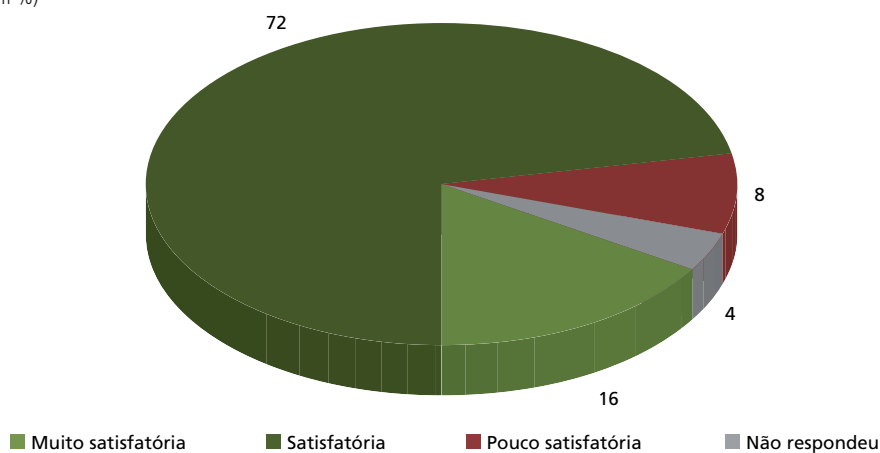
O gráfico 19 ilustra, comparativamente, a frequência com que cada resposta foi marcada como um interesse defendido como primeira, segunda ou terceira opção. Como é possível perceber, os interesses da instituição representada aparecem como os mais defendidos prioritariamente pelos representantes da Conaeti, seguidos dos interesses de toda a coletividade. Como segunda opção, aparecem principalmente os interesses do setor representado e os interesses de toda a coletividade. Finalmente, com relação à terceira opção, as respostas parecem mais equilibradas, embora aumente o número daqueles que responderam “interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos”, além de aparecer pela primeira vez a categoria “nenhum interesse específico, siga apenas as minhas convicções pessoais”.



4.2.7 Grau de articulação com os setores que compõem a comissão

Os gráficos 20 e 21 referem-se à avaliação do nível de satisfação com o grau de articulação entre o representante e os segmentos que compõem a comissão.

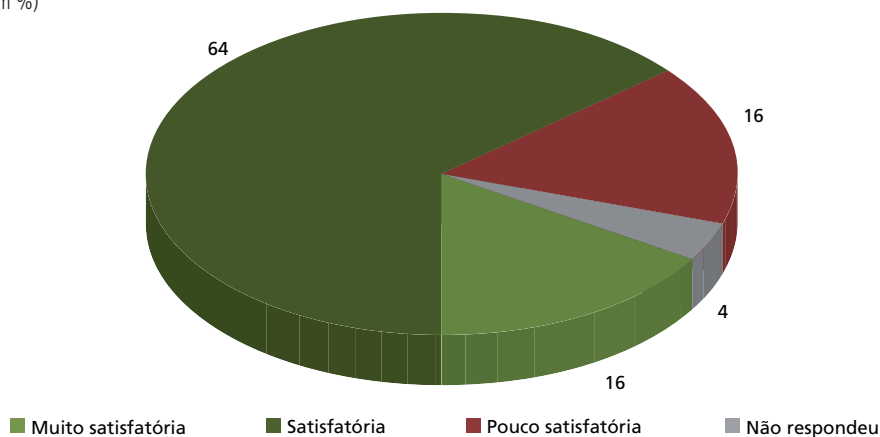
GRÁFICO 20
Grau de articulação dos representantes com o poder público
(Em %)



Com relação à articulação com o poder público, é possível verificar que o nível de satisfação é bastante alto: 88% dos representantes disseram-se muito satisfeitos ou satisfeitos com este aspecto, enquanto 8% afirmaram estar pouco satisfeitos. No que se refere à articulação com a sociedade civil, embora o nível de satisfação permaneça alto – 16% afirmaram

estar muito satisfeitos e 64% satisfeitos –, a proporção de respostas “pouco satisfatório” aumenta um pouco (16%).

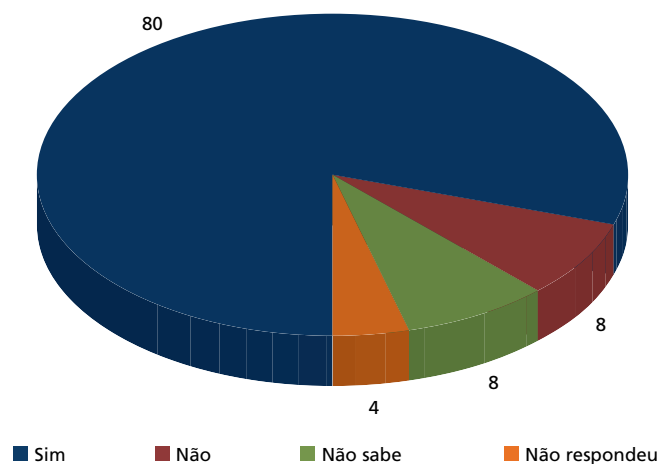
GRÁFICO 21
Grau de articulação dos representantes com a sociedade civil
(Em %)



Elaboração dos autores.

4.2.8 Existência de base de apoio

GRÁFICO 22
Presença de base de apoio no exercício do mandato do representante
(Em %)

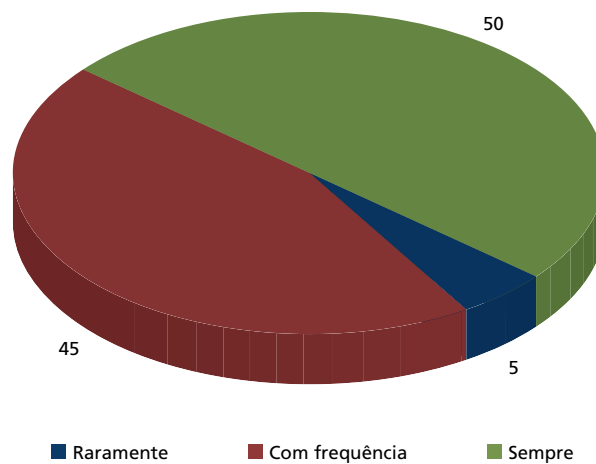


Elaboração dos autores.

Na resposta à questão “no exercício de seu mandato como representante, você tem alguma base de apoio?”, 80% dos representantes que responderam a esta questão disseram possuir base de apoio, enquanto 8% não possuem e 12% não responderam ou não sabiam responder.

4.2.9 Frequência de contato com a base de apoio

GRÁFICO 23
Frequência de contato com a base de apoio
(Em %)

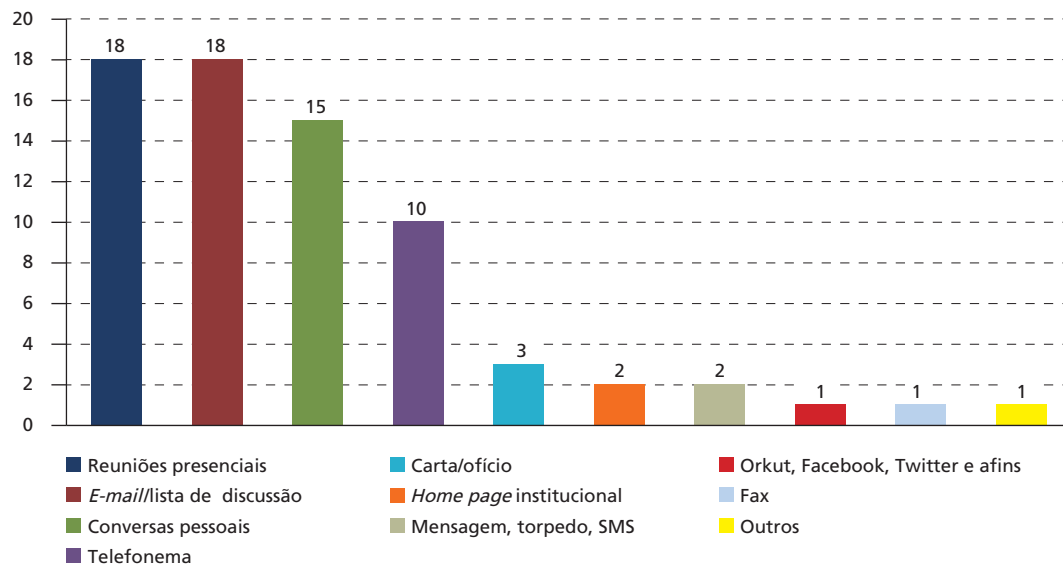


Entre os 80% de representantes que disseram ter base de apoio, percebe-se, pelo gráfico 23, que o contato a base é relativamente intenso. A maior parte dos representantes contata sua base de apoio sempre (50%) e com frequência (45%). Apenas 5% disseram fazê-lo raramente.

4.2.10 Formas de contato com a base de apoio

Entre os membros que declararam possuir base de apoio, as principais formas de contato que estes utilizam para se comunicar com suas bases estão representadas no gráfico 24 (por número de respostas). É importante notar que mais de uma resposta era possível.

GRÁFICO 24
Principais formas de contato com a base de apoio



Elaboração dos autores.

Percebe-se que as formas de contato mais frequentes são as reuniões presenciais (18), os *e-mails* e as listas de discussão (18) e as conversas pessoais (15). Telefonemas são apontados por dez representantes como forma de contato com as bases. Cartas ou ofícios são citados por três membros da comissão como ferramentas de interação com as bases, enquanto a *home page* institucional e as mensagens ou SMS são citadas por apenas dois representantes. Outras respostas foram citadas apenas uma vez cada.

4.2.11 Frequência de consulta à base de apoio

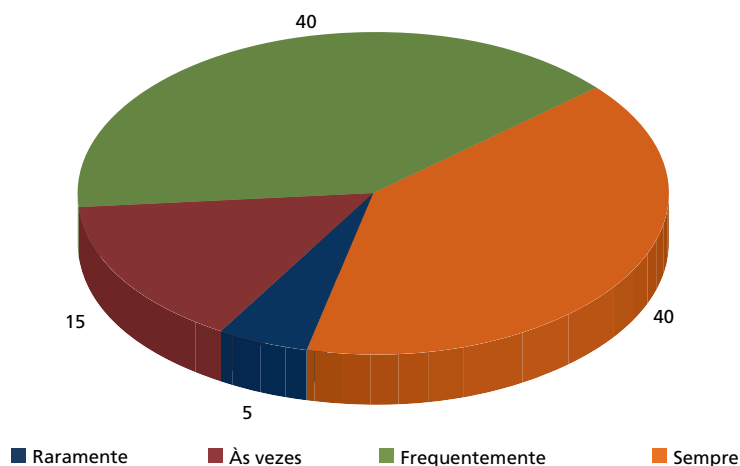
Esta seção analisa a frequência de consulta à base de apoio para diferentes finalidades. É importante ter em mente que as respostas referem-se ao conjunto daqueles representantes (80%) que declararam possuir base de apoio.

Para definir/sustentar posicionamento na comissão

GRÁFICO 25

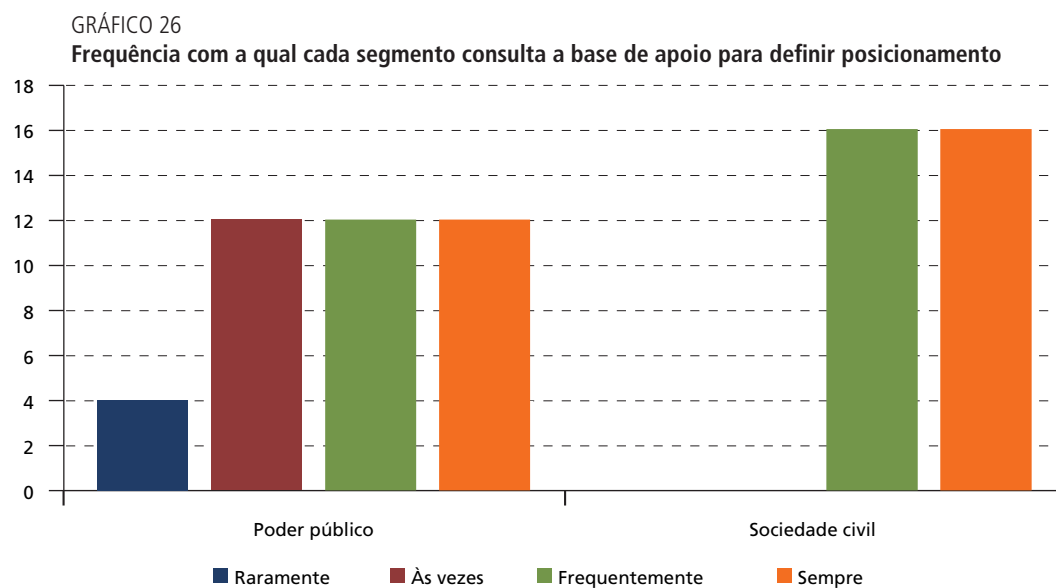
Frequência de consulta à base de apoio para definir posicionamento

(Em %)



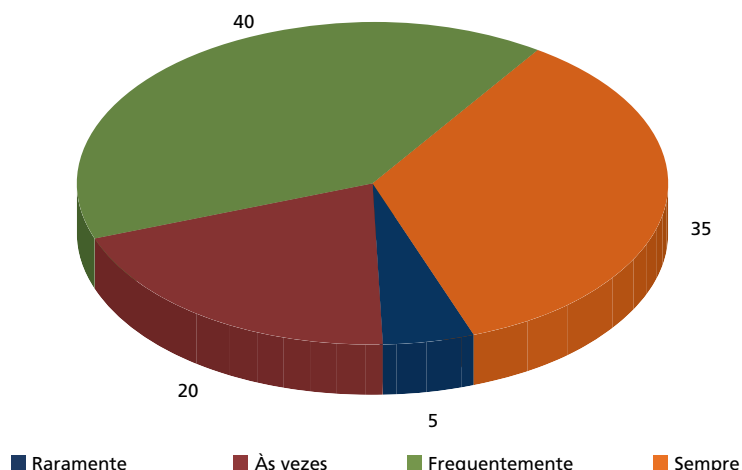
Elaboração dos autores.

Os representantes da Conaeti afirmam, em sua maioria, comunicar-se sempre ou frequentemente com suas bases de apoio (80%) a fim de definir o posicionamento a ser defendido na comissão. Quinze por cento afirmam comunicar-se com suas bases para esta finalidade apenas às vezes e 5% raramente. Quando se analisam as repostas por segmento (gráfico 26), percebe-se que os representantes da sociedade civil responderam estar sempre ou frequentemente em contato com a base de apoio para definir posicionamento. Entre os representantes do poder público, a distribuição é equilibrada entre aqueles que disseram entrar em contato sempre, frequentemente ou às vezes para esta finalidade. Para este aspecto, assim como para os subsequentes, é importante ter em mente que havia uma leve sobre-representação da sociedade civil na amostra.



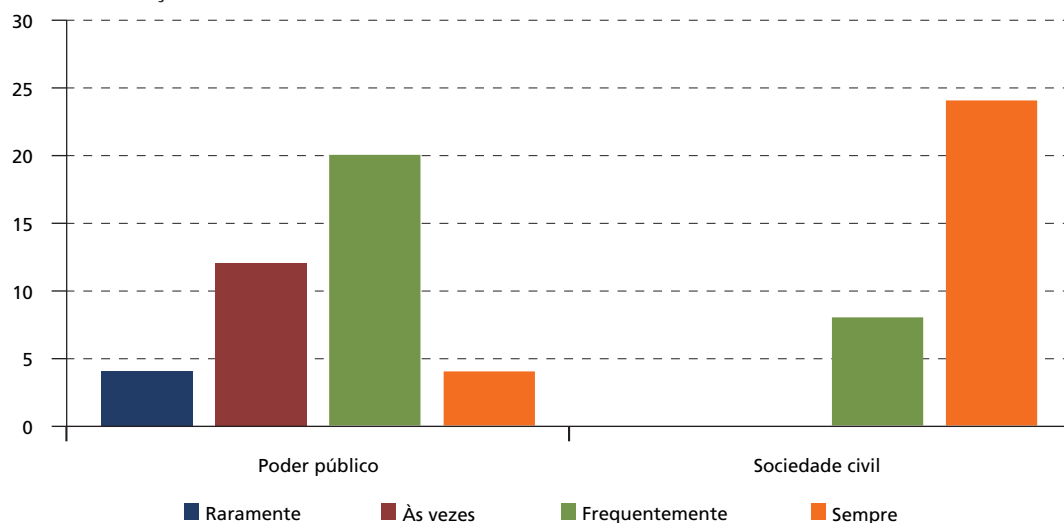
Para relatar debates/deliberações da comissão

GRÁFICO 27
Frequência de consulta à base de apoio para relatar debates/deliberações da comissão
(Em %)



A frequência de comunicação com as bases para relatar as atividades ocorridas na Conaeti é semelhante: 40% disseram fazê-lo com frequência e 35% sempre. Vinte por cento disseram que este contato ocorre apenas às vezes e 5% raramente. O gráfico 28 mostra, mais uma vez, a distribuição de respostas a esta questão por setor. Assim como no caso do contato para definir posicionamento, os membros da sociedade civil aparecem como aqueles que entram em contato com mais frequência para relatar debates e deliberações da comissão. Com relação aos representantes do poder público, assim como visto no quesito anterior, a distribuição de respostas é mais variada. É interessante observar, no entanto, que a proporção de respostas “sempre” cai significativamente para este setor, embora predominem as respostas “frequentemente”.

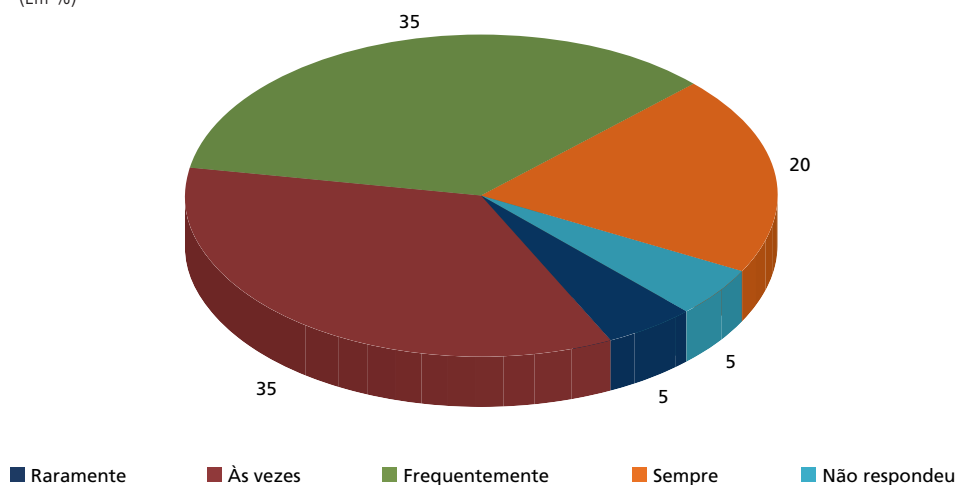
GRÁFICO 28
**Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para relatar debates/
 deliberações da comissão**



Elaboração dos autores.

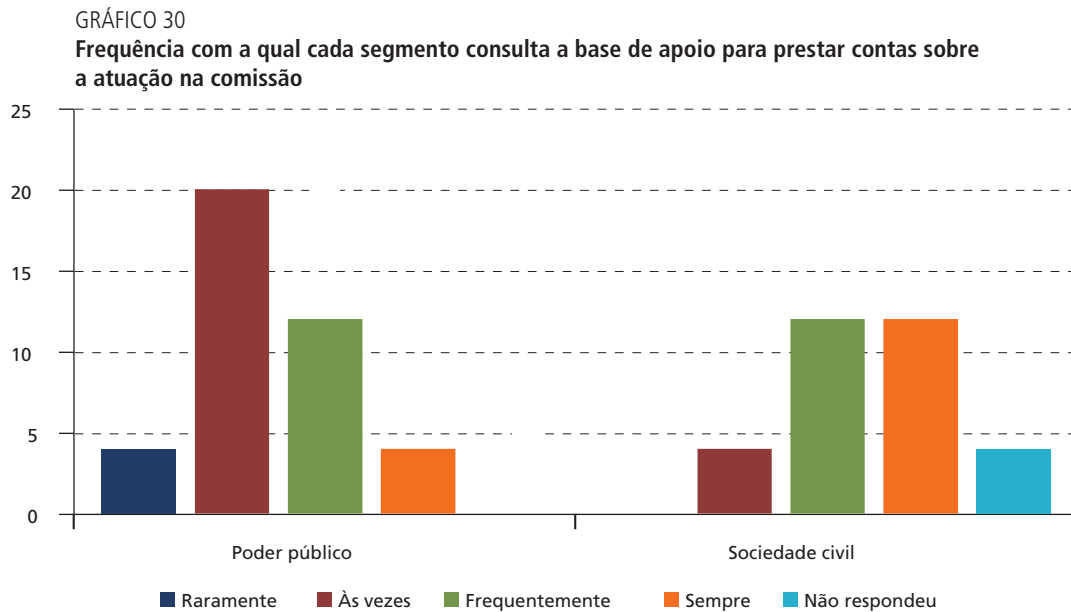
Para prestar contas sobre a atuação na comissão

GRÁFICO 29
Frequência de consulta à base de apoio para prestar contas sobre a atuação na comissão
 (Em %)



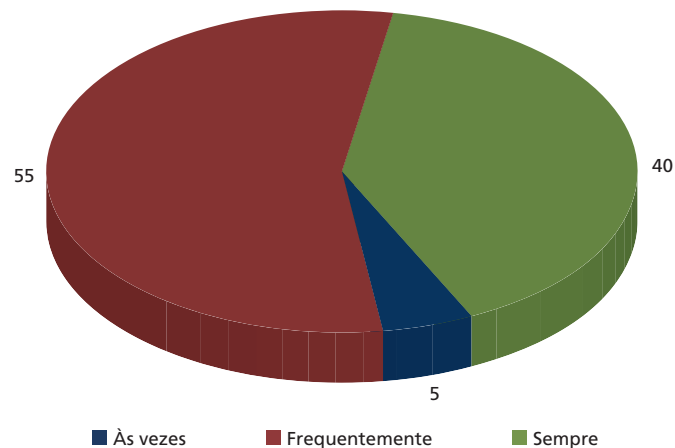
Elaboração dos autores.

No que se refere à consulta à base de apoio para prestação de contas sobre a atuação na comissão, percebe-se uma mudança razoável da distribuição de respostas. A maioria dos representantes disse que o contato para esta finalidade ocorre às vezes (35%) ou frequentemente (35%). Vinte por cento afirmaram contatar as bases para prestar contas sempre e 5% raramente. Na análise das respostas por segmento (gráfico 30), nota-se que a mudança na distribuição ocorreu, sobretudo, devido a um aumento das respostas “às vezes” entre os membros do poder público. De certa maneira, isto poderia indicar que não existe uma preocupação tão grande, entre estes representantes, com a prestação de contas sobre a atuação dos representantes quanto com outros fatores como a definição de posicionamento ou o relato dos debates.



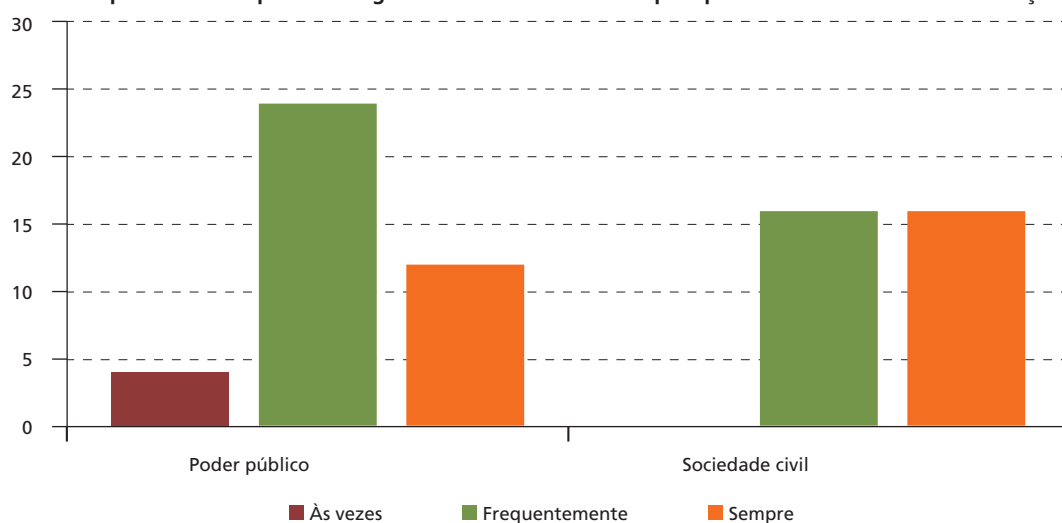
Para construir/fortalecer articulações

GRÁFICO 31
Frequência de consulta à base de apoio para construir/fortalecer articulações
 (Em %)



Por fim, no que se refere à comunicação com a base de apoio para construir ou fortalecer articulações, nota-se a maior frequência de contato entre todas as finalidades consideradas, sendo que 95% dos representantes disseram fazê-lo frequentemente ou sempre. Nas respostas por segmento, ilustradas no gráfico 32, observa-se uma porcentagem maior de respostas “sempre” entre a sociedade civil e de respostas “frequentemente” entre o poder público.

GRÁFICO 32
Frequência com a qual cada segmento consulta a base de apoio para construir/fortalecer articulações

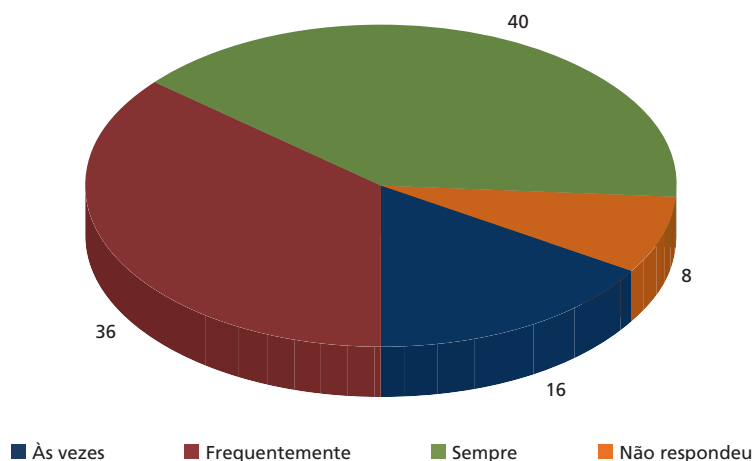


Elaboração dos autores.

4.3 Bloco 3: funcionamento da comissão

4.3.1 Frequência com a qual a atuação dos representantes da Conaeti corresponde aos interesses de seus respectivos setores

GRÁFICO 33
Frequência da correspondência entre a atuação dos representantes e os interesses de seu setor
 (Em %)



Elaboração dos autores.

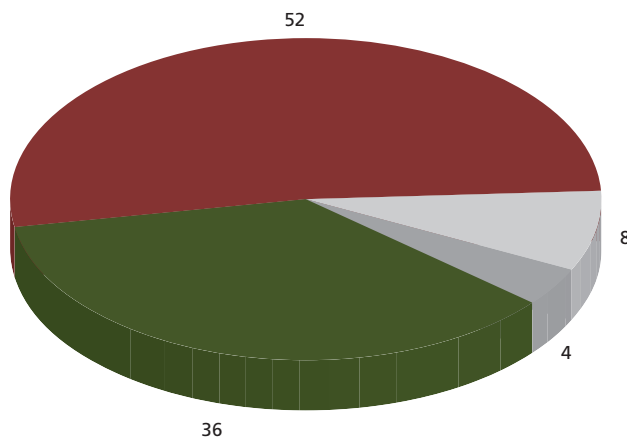
O gráfico 33 mostra que a maior parte dos que responderam aos questionários acredita que a atuação dos representantes corresponde sempre (40%) ou frequentemente (36%) aos interesses de seus respectivos setores. Dadas as frequências de contato para diferentes finalidades observada na seção anterior, não surpreende que a maior parte dos membros avalie a correspondência desta forma. Dezesesseis por cento disseram acreditar que esta correspondência só ocorre às vezes. Oito por cento não responderam.

4.3.2 Percepção dos representantes em relação à influência da comissão

Nesta questão, o objetivo é obter a opinião dos representantes acerca do nível de influência da comissão nas diversas arenas políticas nas quais a Conaeti poderia intervir de alguma forma, influenciando o processo de formulação e implantação de políticas públicas.

Influência da comissão na agenda do CN

GRÁFICO 34
Influência na agenda do CN
(Em %)

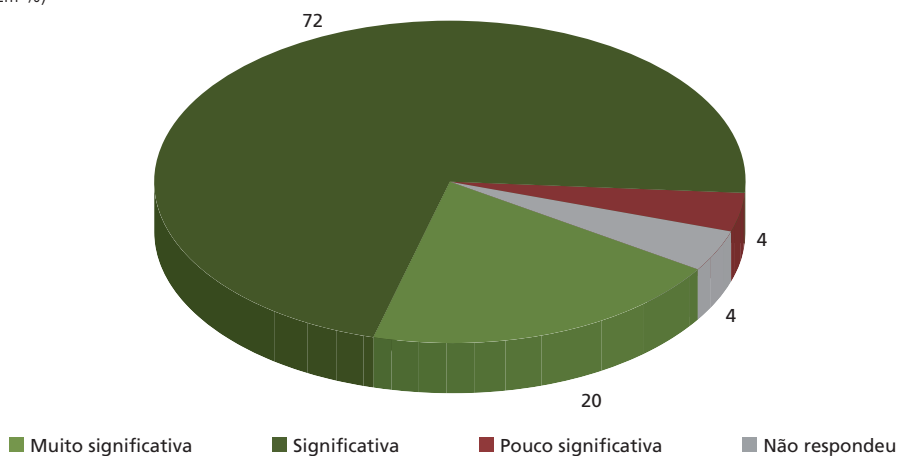


Elaboração dos autores.

Conforme mostra o gráfico 34, pouco mais da metade dos representantes que responderam ao questionário acredita que a influência da Conaeti sobre a agenda do CN é pouco significativa (52%). Contudo, 32% acham que o impacto é significativo. Doze por cento não sabiam ou não responderam.

Influência da comissão nas políticas públicas do MTE

GRÁFICO 35
Influência da atuação da comissão nas políticas públicas do MTE
(Em %)



Elaboração dos autores.

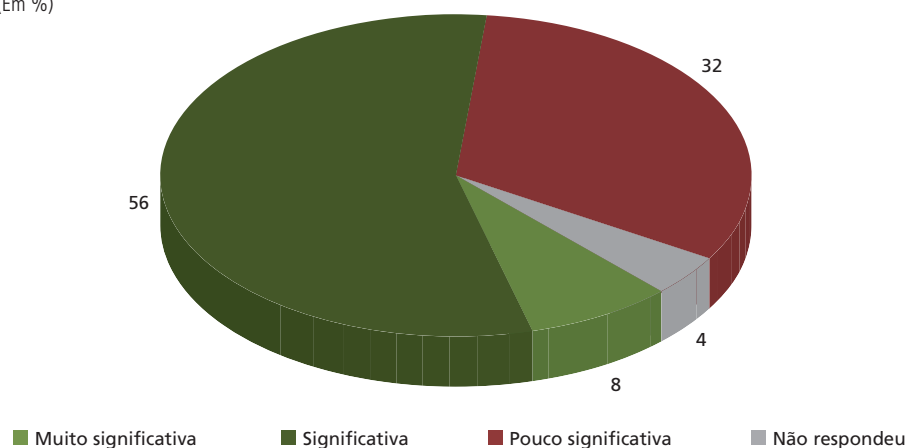
É interessante perceber que, comparativamente à avaliação feita quanto à influência sobre o CN, a avaliação do impacto da comissão sobre as políticas do ministério ao qual ela está vinculada – no caso, o MTE – é muito mais positiva. Noventa e dois por cento dos representantes acreditam que ela é muito significativa ou significativa. Apenas 4% disseram achá-la pouco significativa e 4% não responderam.

Influência da comissão nas políticas públicas de outros ministérios com os quais a comissão se relaciona

GRÁFICO 36

Influência da atuação da comissão nas políticas públicas de outros ministérios com os quais a comissão se relaciona

(Em %)



Elaboração dos autores.

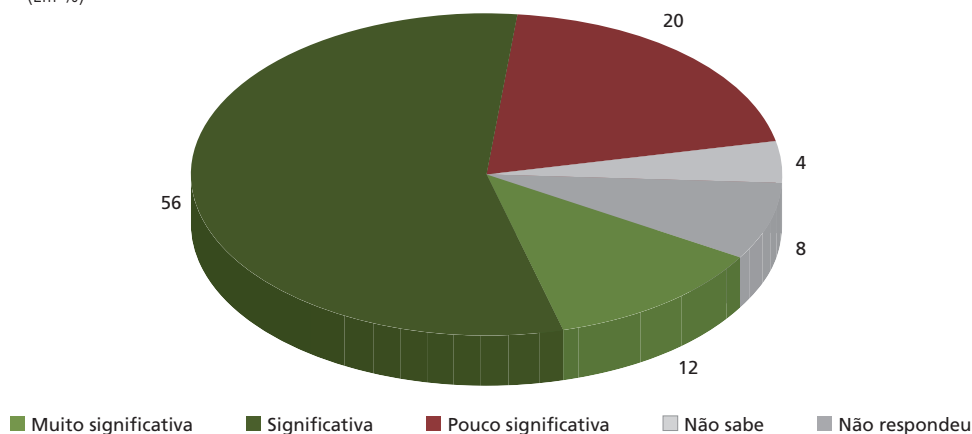
Na avaliação da influência da comissão sobre as políticas de outros ministérios com os quais a comissão está articulada, percebe-se um aumento daqueles que avaliam este aspecto como pouco significativo (32%). As avaliações que se referem a este impacto como significativo (56%) e muito significativo (8%), no entanto, ainda são maiores que a mesma avaliação que se referia ao impacto sobre o CN, por exemplo.

Influência da comissão nas iniciativas da sociedade civil

GRÁFICO 37

Influência da comissão nas iniciativas da sociedade civil

(Em %)



Elaboração dos autores.

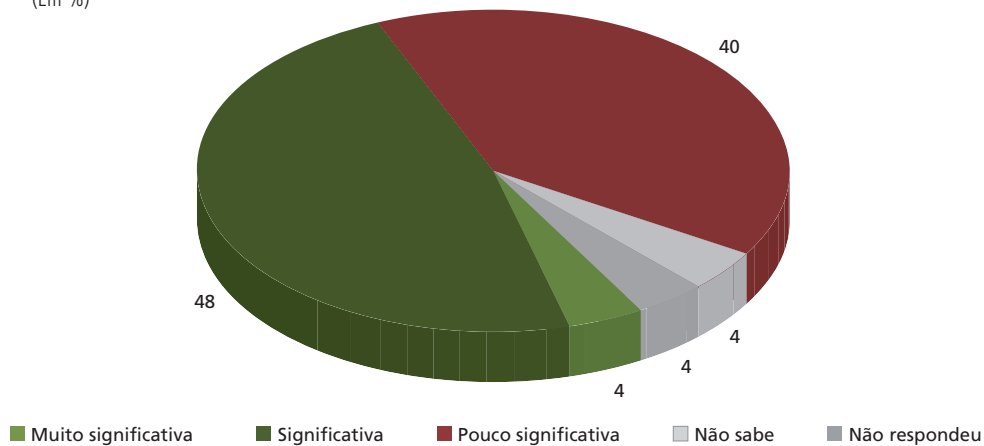
A avaliação da influência da Conaeti sobre as ações e as iniciativas da sociedade civil é positiva em geral, sendo que 12% dos representantes consideram-na muito significativa e 56% a consideram significativa. Vinte por cento disseram achar o impacto pouco significativo. Doze por cento não responderam ou não souberam opinar.

Influência da comissão nas iniciativas do setor privado

GRÁFICO 38

Influência da comissão nas iniciativas do setor privado

(Em %)



Elaboração dos autores.

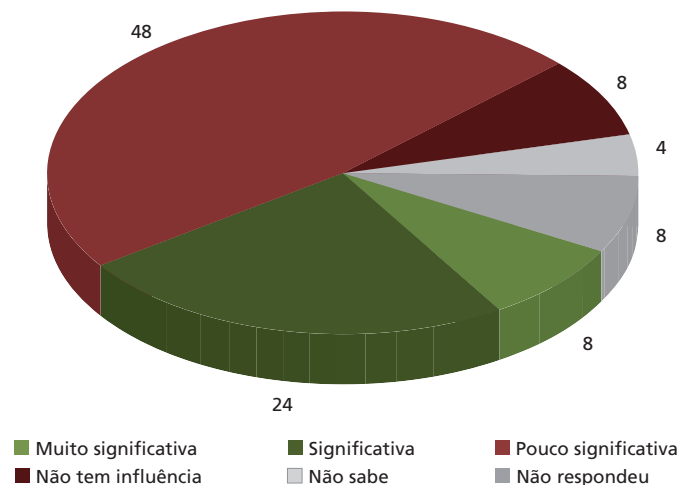
Quando se aborda a influência sobre as iniciativas do setor privado, percebe-se um equilíbrio razoável entre avaliações negativas e avaliações positivas. Enquanto 40% consideram esta influência pouco significativa, 48% acreditam que ela é significativa e 4% muito significativa. Oito por cento não sabiam ou não quiseram responder.

Influência da comissão na percepção da opinião pública sobre o tema

GRÁFICO 39

Influência da comissão na percepção da opinião pública sobre o tema

(Em %)



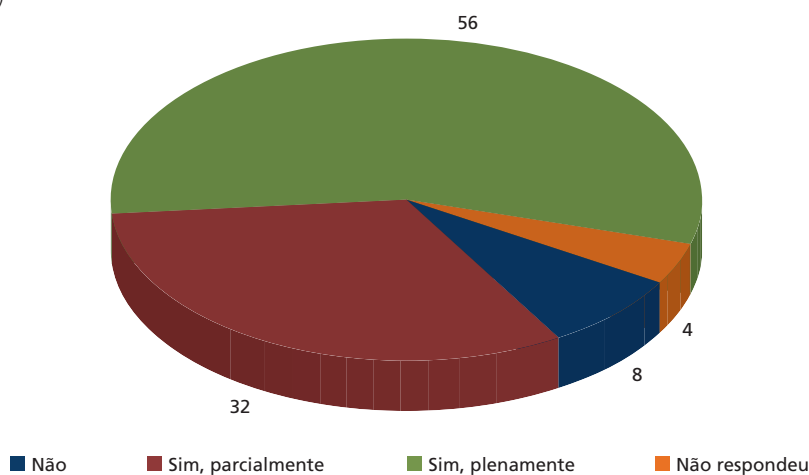
Elaboração dos autores.

Finalmente, a avaliação da influência da Conaeti, sobre a opinião pública em relação ao tema da erradicação do trabalho infantil, é a avaliação mais negativa: 48% consideram-na pouco significativa e 8% acreditam que não há influência alguma. Ainda assim, 24% disseram achar que o impacto é significativo e 8% muito significativo. Doze por cento não sabiam dizer ou não responderam.

4.3.3 Compreensão dos assuntos tratados na comissão

Pergunta-se desta forma: “em geral, os assuntos tratados na comissão são facilmente compreendidos por todos os representantes?”. Esta questão visa aferir a percepção acerca do entendimento dos membros da Conaeti em relação aos assuntos discutidos na comissão. Como respostas possíveis a esta pergunta, havia as opções: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 40
Compreensão dos assuntos tratados na comissão
(Em %)



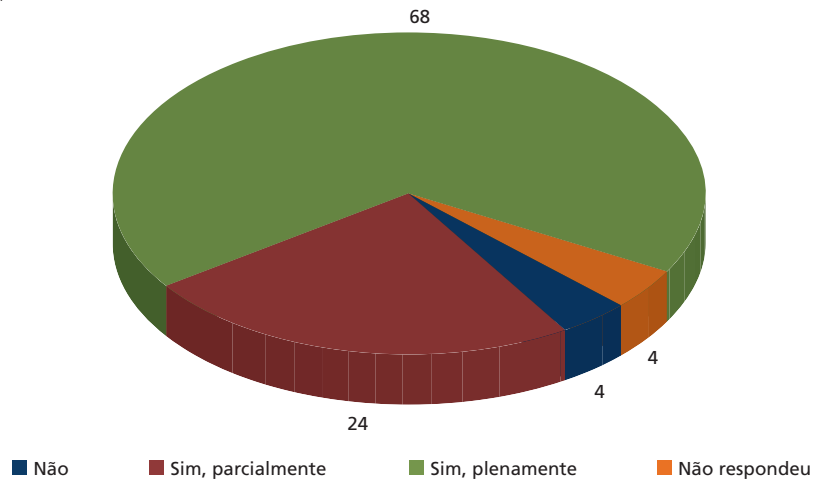
Elaboração dos autores.

Conforme demonstra o gráfico 40, a maioria dos membros da comissão (56%) acredita que seus colegas compreendem plenamente os assuntos tratados na comissão. Trinta e dois por cento disseram que a compreensão é parcial e 8% disseram que os assuntos não são compreendidos – 4% não responderam.

4.3.4 Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões da comissão

Neste item, pergunta-se se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente apropriada e compreendida por todos os representantes. As opções de resposta também foram: “não”; “sim, parcialmente”; e “sim, plenamente”.

GRÁFICO 41
Compreensão da linguagem utilizada nas reuniões
 (Em %)



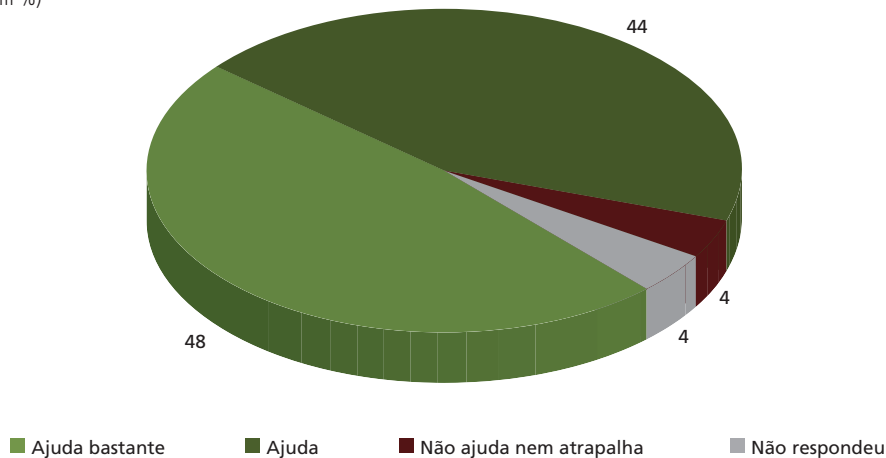
Elaboração dos autores.

Mais uma vez, a maioria dos representantes afirma que a linguagem utilizada é compreendida plenamente (68%) pelos membros da comissão. Vinte e quatro por cento disseram achar que ela é compreendida parcialmente e 4% afirmam que ela não é compreendida. Quatro por cento não responderam.

4.3.5 Avaliação da atuação dos setores da comissão

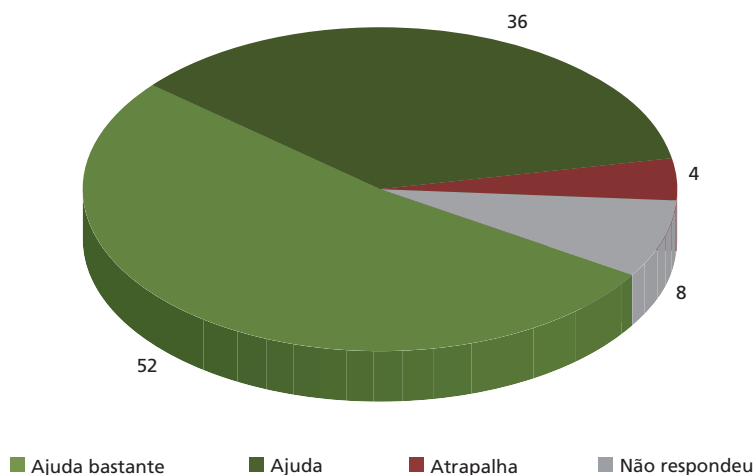
Neste item, pediu-se – aos membros da Conaeti – uma avaliação da atuação, dentro da comissão, dos setores que a compõem. Conforme os gráficos 42 e 43 demonstram, as avaliações das atuações são, sobretudo, positivas (sociedade civil e poder público ajudam ou ajudam bastante). Entre as respostas dissonantes, apenas 4% disseram que o poder público não ajuda, nem atrapalha; ao passo que 4% disseram que a atuação da sociedade civil atrapalha o andamento dos assuntos da comissão.

GRÁFICO 42
Atuação do poder público
 (Em %)



Elaboração dos autores.

GRÁFICO 43
Atuação da sociedade civil
 (Em %)



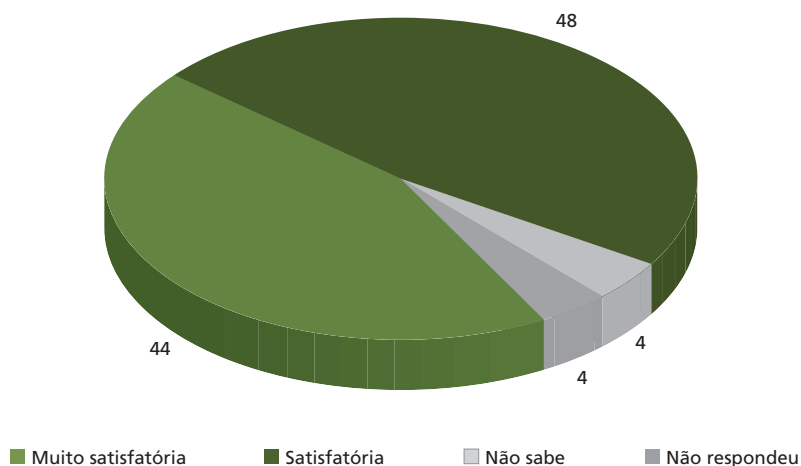
Elaboração dos autores.

4.3.6 Avaliação das estruturas administrativas e organizacionais da comissão

Esta seção visa avaliar o nível de satisfação dos representantes em relação às estruturas administrativas e organizacionais da Conaeti. Conforme será possível perceber, as avaliações seguiram um padrão bastante semelhante, com a maior parte dos representantes mostrando-se satisfeitos ou muito satisfeitos em geral com os aspectos considerados.

Avaliação da Secretaria Executiva

GRÁFICO 44
Avaliação da Secretaria Executiva da comissão
 (Em %)

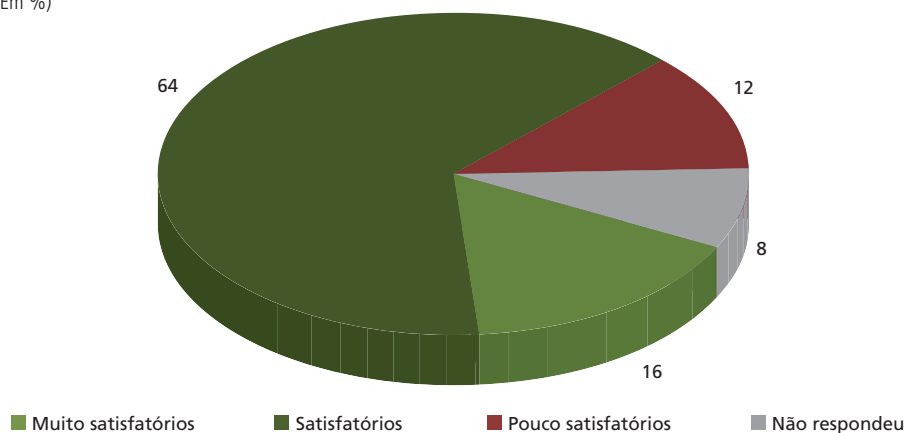


Elaboração dos autores.

No que concerne ao funcionamento da Secretaria Executiva, as avaliações dos representantes são positivas: 44% estão muito satisfeitos e 48% satisfeitos com relação a este aspecto. Oito por cento não sabiam ou não responderam.

Avaliação dos meios de comunicação e divulgação (informes, website, publicações)

GRÁFICO 45
Meios de divulgação e comunicação
 (Em %)

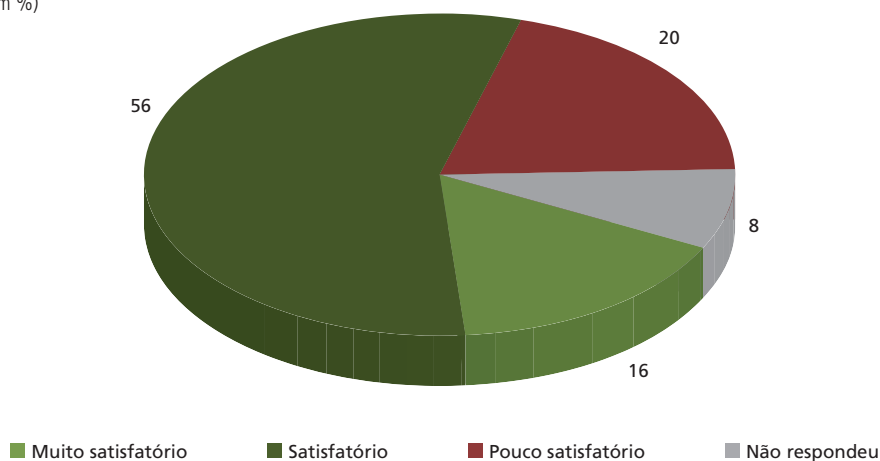


Elaboração dos autores.

Quanto aos meios de comunicação e divulgação do trabalho da comissão, os representantes mostraram-se satisfeitos (64%) ou muito satisfeitos (16%). Aqueles poucos satisfeitos com este aspecto somaram 12%, enquanto 8% não responderam. Esta avaliação sugere que os representantes não identificam os meios de comunicação e divulgação como um possível motivo para que a influência da comissão sobre a opinião pública em relação ao tema seja mal avaliada, conforme observado anteriormente.

Avaliação do regimento interno e das resoluções

GRÁFICO 46
Regimento interno e resoluções
 (Em %)

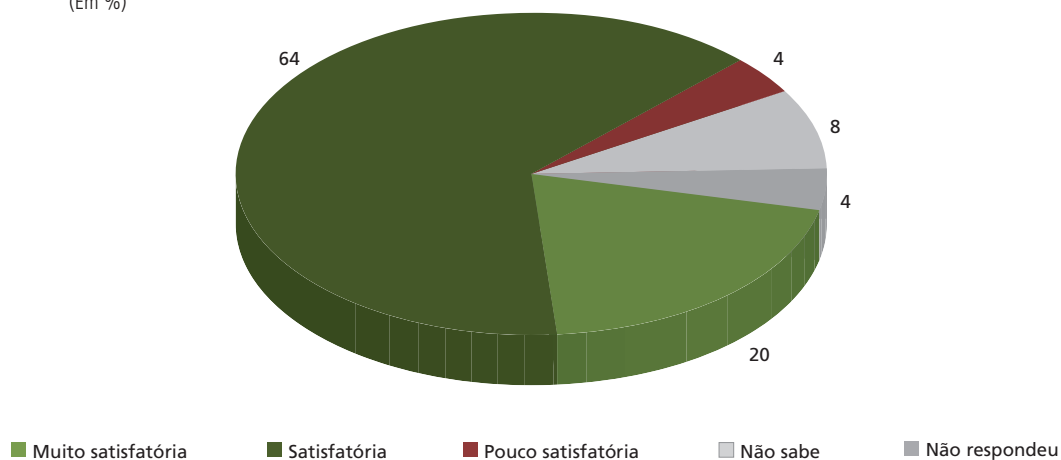


Elaboração dos autores.

A avaliação do regimento interno e das resoluções segue positiva: 72% dos representantes se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos quanto a esta questão. Vinte por cento disseram-se pouco satisfeitos e 8% não responderam.

Avaliação da Presidência da comissão

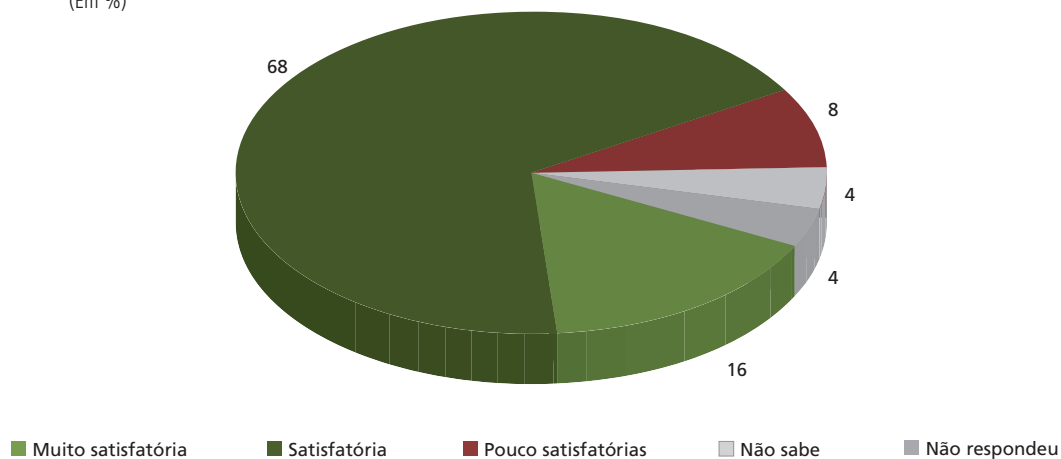
GRÁFICO 47
Presidência da comissão
 (Em %)



Novamente, conforme mostra o gráfico 47, a avaliação é bastante satisfatória. Sessenta e quatro por cento afirmaram estar satisfeitos com a Presidência da comissão e 20% muito satisfeitos com esta. Apenas 4% se disseram pouco satisfeitos. Doze por cento não responderam ou não souberam responder.

Avaliação da plenária da comissão

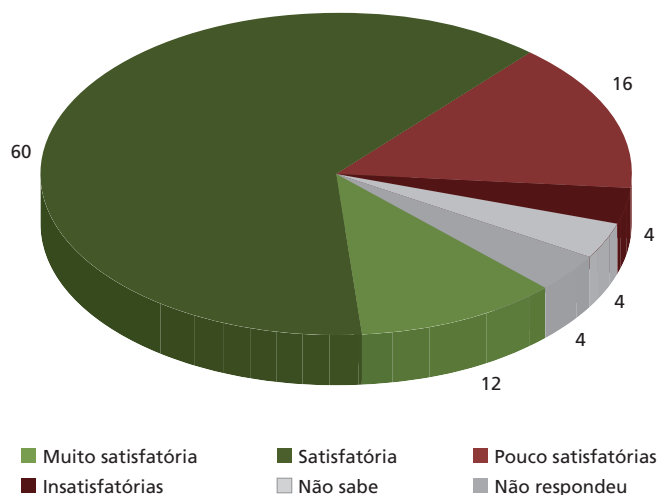
GRÁFICO 48
Plenárias
 (Em %)



Com relação às plenárias da comissão, as respostas dos representantes foram bastante positivas, avaliando-as, sobretudo, como satisfatórias (68%) ou muito satisfatórias (16%). Somente 8% disseram estar pouco satisfeitos ou insatisfeitos com este aspecto.

Avaliação das subcomissões

GRÁFICO 49
Subcomissões
(Em %)



Elaboração dos autores.

Por fim, coube avaliar o funcionamento das subcomissões que compõem a estrutura da Conaeti. Conforme ilustra o gráfico 49, a avaliação é, sobretudo, positiva, com 72% dos representantes avaliando as subcomissões como muito satisfatórias ou satisfatórias. Dezesesseis por cento avaliaram-nas como pouco satisfatórias e 4% insatisfatórias – 8% não responderam ou não souberam dizer.

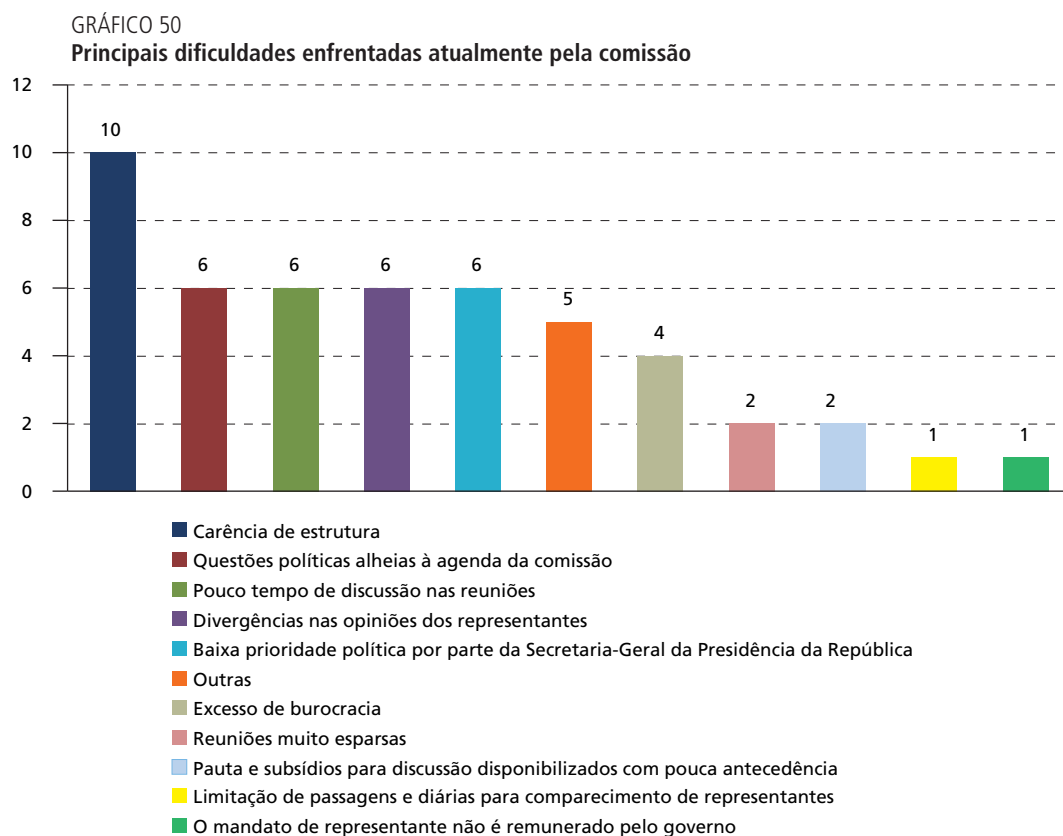
4.3.7 Principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pela comissão

Foi pedido aos representantes para que identificassem, entre uma lista de categorias previamente organizada, três dificuldades que eles acreditam serem as principais no que se refere ao processo decisório da Conaeti. O gráfico 50 mostra a frequência de respostas (em números absolutos) para cada categoria. É possível perceber que há uma distribuição relativamente equilibrada entre os pontos apontados como os principais obstáculos a uma atuação mais eficiente da comissão. O ponto mais mencionado foi a carência de estrutura para a realização das reuniões (10 menções), seguido de quatro opções com seis menções cada, são elas:

- questões políticas alheias à agenda da comissão;
- o pouco tempo de discussão existente nas reuniões – o que limitaria a possibilidade de discutir certas questões de maneira mais exaustiva;
- divergências de opiniões entre os representantes; e
- a baixa prioridade política dada à comissão por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Entre as outras opções mencionadas pelos representantes, observa-se o excesso de burocracia (4), reuniões muito esparsas (2), a pauta e os subsídios para as reuniões serem disponibilizados com pouca antecedência (2), limitação de passagens e diárias para o comparecimento às reuniões (1) e o mandato dos representantes não ser remunerado pelo governo (1).

Entre aqueles que apontaram outros problemas (5), foram mencionados principalmente questões ligadas à representação dentro do conselho, como a ausência de representantes nas reuniões e substituição de integrantes, o que prejudicaria o andamento dos debates. Além disso, foi mencionado que o fato de alguns representantes também serem membros em outros conselhos prejudicaria a presença em todas as reuniões por questões de agenda. Por fim, mencionou-se que a comissão teria dificuldade também em termos orçamentários.



Elaboração dos autores.

5 QUESTÕES ABERTAS

Havia duas questões abertas, de livre resposta, no questionário. A questão 27 perguntava aos membros quais os principais pontos fortes da atuação da comissão, enquanto a questão 28 buscava obter as opiniões dos membros quanto ao tipo de ações que poderiam ser implantadas para a melhoria da atuação da Conaeti. Dos representantes que responderam ao questionário, quase 56% responderam à questão 27 e quase 60% responderam à questão 28. De maneira a melhor organizar as respostas, elaboraram-se categorias que representam o conteúdo geral destas, permitindo sua sistematização. É importante ter em mente que os representantes poderiam apontar mais de um aspecto em suas respostas.

5.1 Pontos fortes da Conaeti

A primeira questão aberta, sobre quais são os pontos fortes da comissão, resultou nas categorias listadas no quadro 6.

QUADRO 6
Pontos fortes da Conaeti

	Pontos fortes	Número de respostas
1	Representatividade e diversidade/pluralidade	6
2	Formação e atuação dos representantes	6
3	Articulação/mobilização entre atores	5
4	Capacidade de influenciar políticas públicas	3
5	Fortalecimento da democracia/control social	2
6	Aumento da visibilidade conferida à temática da comissão	1
7	Capilaridade das decisões	1
8	Procurar integrar as ações nacionais	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Dois aspectos foram mencionados como principais pontos fortes da Conaeti, são eles: a diversidade de setores representados e a capacidade representativa que isto traz (seis menções); e a formação e atuação engajada dos membros da comissão (também seis menções). Elogia-se, neste último caso, a disposição dos representantes em debater e defender temáticas de seu interesse, bem como sua experiência e conhecimento dos temas. A articulação e a mobilização entre os atores foi o terceiro ponto mais mencionado como um aspecto positivo da comissão (cinco menções).

Outros pontos mencionados foram: a capacidade de influenciar políticas públicas (três menções); o fato de a comissão ser um espaço de fortalecimento da democracia e do controle social (duas menções); o aumento da visibilidade conferida à temática de erradicação do trabalho infantil (uma menção); a capilaridade das decisões a nível nacional (uma menção); e a preocupação em integrar as diversas ações nacionais ligadas ao tema (uma menção).

5.2 Sugestões de melhoria à atuação da Conaeti

Conforme dito anteriormente, a segunda questão indagava o que poderia ser feito para melhorar a atuação da comissão. As respostas a esta questão foram agrupadas nas categorias listadas no quadro 7.

QUADRO 7
Sugestões de melhoria na atuação da Conaeti

	Sugestões de melhoria	Número de respostas
1	Modificações nas regras da comissão	6
2	Melhorar a participação dos segmentos	4
3	Fortalecimento da comissão enquanto instância política	3
4	Melhorar a formação/capacitação dos representantes	2
5	Maior capacidade de transversalizar temática em outros órgãos governamentais	2
6	Publicidade ao trabalho da comissão e melhoria dos sistemas de comunicação	2
7	Maior efetividade na implantação de ações e propostas	1
8	Aperfeiçoamento das reuniões e questões administrativas	1
9	Articulação com outros órgãos nos diferentes níveis da federação	1
10	Priorização do combate à erradicação do trabalho infantil dentro do governo	1

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível perceber uma distribuição bastante variada dos aspectos mencionados como pontos que a comissão deveria melhorar. Sugestões de mudança das regras da comissão foram,

contudo, o ponto mais apontado, com seis menções. Neste caso, fez-se referência a alterações da composição da Conaeti e do número de representantes, à possibilidade de ampliação da atuação e das atribuições da comissão, à remuneração dos representantes, bem como à necessidade de transformar a comissão em conselho e conferir-lhe caráter deliberativo. O segundo aspecto mais mencionado foi a necessidade de melhorar a participação dos segmentos dentro da comissão (quatro menções), sobretudo ampliando a participação de alguns segmentos – como o dos trabalhadores – ou mesmo pedindo que as entidades e os órgãos participantes conferissem maior prioridade à participação na Conaeti.

Entre os demais pontos mencionados estão: a necessidade de fortalecer a comissão enquanto instância política (três menções), contribuindo para um reconhecimento maior do governo quanto às decisões e encaminhamentos da Conaeti; a necessidade de formação/capacitação dos representantes (duas menções); aumentar a capacidade de transversalizar a temática em outros órgãos governamentais (duas menções); dar maior publicidade ao trabalho da comissão e melhorar os sistemas de comunicação, especialmente para sensibilizar mais a sociedade sobre o tema (duas menções); maior efetividade na implantação de ações e propostas (uma menção); aperfeiçoamento das reuniões e das questões administrativas, permitindo melhor andamento dos debates (uma menção); aumentar a articulação com outros órgãos nos diferentes níveis da federação (uma menção); e, finalmente, a necessidade de priorizar o combate à erradicação do trabalho infantil dentro do governo (uma menção).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DEBATE

A partir da sistematização das respostas foi possível traçar o perfil dos representantes da Conaeti, bem como verificar suas percepções acerca da forma de atuação, da avaliação do trabalho da comissão e da influência desta nas políticas públicas. Os principais resultados obtidos foram aqui apresentados, assim como alguns tópicos para debate e reflexão a respeito do funcionamento da comissão. Tais reflexões têm o intuito de auxiliar a comissão na busca conjunta de caminhos para a melhoria de seu processo decisório e para uma melhor articulação da Conaeti com os demais conselhos, as instâncias governamentais e as entidades da sociedade civil.³

Parece importante ressaltar o que foi considerado como positivo pela maioria dos integrantes da Conaeti e que pode servir como exemplo de boas práticas tanto para outros espaços e organizações vinculados à temática, quanto para os conselhos nacionais de outras áreas de política pública. Tratam-se, também, dos aspectos que precisam ser aprimorados, segundo as respostas dadas pelos representantes.

Entre os pontos que merecem destaque, no que se refere às avaliações positivas, estão aspectos vinculados à composição e à forma de escolha dos membros, como o número total de representantes e a diversidade de setores representados na Conaeti. Aliadas a este aspecto, a atuação e a formação dos membros da comissão, isto é, sua disposição e preparação

3. O período analisado nesta pesquisa, aos quais os membros se reportam em suas respostas, corresponde ao período anterior a fevereiro de 2011, quando os questionários foram aplicados.

para o debate, bem como a articulação entre os atores, aparecem como pontos fortes da comissão. No que se refere aos segmentos representados na Conaeti, a atuação destes e sua articulação com os membros da comissão também foram bem avaliadas.

Outro aspecto positivo da comissão é a comunicação com as respectivas bases de apoio para diferentes finalidades, algo que é relevante em termos de responsividade e legitimidade das suas decisões. O único aspecto que deixaria a desejar, neste caso, seria o contato para prestação de contas, que ainda não é tão frequente quanto os demais. Os representantes também se mostraram, em sua maioria, satisfeitos com alguns componentes da estrutura administrativa e organizacional da comissão, especificamente a Secretaria Executiva e as plenárias. Esta avaliação surpreende um pouco, porque entre as principais dificuldades enfrentadas pela comissão, na opinião dos membros, está a carência de estrutura.

Embora a influência sobre a agenda do MTE e sobre as iniciativas da sociedade civil tenham sido avaliadas como satisfatórias, entre os aspectos que obtiveram avaliações negativas, observa-se o impacto da Conaeti sobre a agenda do CN, do setor privado e sobre a opinião pública.

Em relação às dificuldades enfrentadas pela comissão segundo seus integrantes, chama atenção o fato de alguns dos pontos mais mencionados referirem-se à qualidade do debate. A discussão de questões políticas alheias à agenda da comissão e as divergências de opinião que porventura surgem entre os representantes são apontadas como limitações à atividade da comissão. Além disso, também foram mencionados como dificuldades o pouco tempo de discussão e a baixa prioridade política conferida à comissão por parte da Secretaria-Geral da Presidência da República, na percepção dos membros.

Os representantes foram questionados sobre sugestões de melhoria ao processo participativo dentro da Conaeti, podendo escrever livremente sobre o assunto. A estas sugestões, adicionaram-se alguns tópicos que parecem necessitar de maior reflexão no que se refere ao processo da comissão e à sua atuação. Sugere-se que a comissão aprofunde o debate sobre estas questões, na medida em que estas têm o potencial de aperfeiçoar o processo decisório da Conaeti, além de poderem ser, eventualmente, temas importantes para futuros estudos, listados a seguir.

- 1) Aperfeiçoamento da dinâmica das reuniões e otimização do trabalho da comissão. Muitos membros apontaram a necessidade de ampliar o tempo de discussão, permitindo que os temas de pauta sejam mais bem trabalhados. Verifica-se também a preocupação com a qualidade do debate e objetividade das discussões, de modo que seria útil refletir sobre a metodologia das reuniões.
- 2) Analisar possibilidades de modificação nas regras da comissão. Houve sugestões no sentido de mudar o caráter da Conaeti, tornando-a um conselho e conferindo-lhe caráter deliberativo, ampliar o impacto da comissão sobre a formulação de políticas públicas e sobre as decisões de outras instâncias governamentais – aspecto este que pode ser melhorado na opinião dos membros. Ainda com relação a mudanças nas regras, fala-se em alterações da composição da Conaeti e do número de representantes e da possibilidade de ampliação da atuação e das atribuições da comissão.

- 3) Aperfeiçoar a articulação da Conaeti com outros órgãos governamentais e com a sociedade. A análise dos dados evidencia uma necessidade de maior diálogo e articulação com outras instâncias governamentais para que o trabalho realizado pela comissão seja mais bem levado em conta e impacte as políticas e as decisões que são tomadas nestes espaços. Pensar mecanismos e estratégias que ajudem a transversalizar a temática da erradicação do trabalho infantil pode ajudar neste processo, sobretudo no que tange à relação com o CN e com o setor privado.
- 4) Buscar maneiras de sensibilizar a opinião pública sobre o tema. Ainda que os meios de comunicação e divulgação do trabalho da comissão tenham sido bem avaliados, o impacto da comissão sobre a opinião pública é avaliado como pouco satisfatório. Dada a importância da temática, a sensibilização da sociedade com relação a esta é um processo importante não só para conferir legitimidade à comissão, mas também para contribuir para o enfrentamento do trabalho infantil.

Por fim, ressalta-se que tópicos para debate aqui apresentados serão aprofundados na segunda etapa da pesquisa, que irá analisar, de forma conjunta, as informações obtidas neste e nos demais relatórios (relativos ao conjunto dos 23 conselhos e das três comissões nacionais analisados). O Ipea agradece a colaboração dos representantes nesta primeira etapa e aceita sugestões para a continuação do trabalho, na tentativa de contribuir com o fortalecimento da democracia, do controle social e da participação da sociedade nas políticas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília: CN, 1988.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria MTE nº 952, de 8 de julho de 2003. Publica o Regimento Interno da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasília: MTE, 2003.

_____. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília: MTE, 2004. 82 p.

_____. Congresso Nacional. **A mulher na Câmara dos Deputados**. 2011a. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/mulheresnoparlamento/bancada-feminina>>. Acesso em: 08 de agosto de 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Finalidade da Conaeti**. 2011b. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/trab_infantil/finalidade-da-conaeti.htm>.

_____. _____. **Órgãos e entidades que compõem a Conaeti**. 2011c. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/trab_infantil/orgaos-e-entidades-que-compoem-a-conaeti.htm>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/comentarios2009.pdf>>.

_____. **Síntese de indicadores sócias: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2010a. Disponível em: <http://ibge/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>.

_____. **POF 2008/2009 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras**. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648&id_pagina=1>. Acesso em: 8 ago. 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em Desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2010. v. 3.

SCHWARTZMAN, S. **Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil**. 1998. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/cor.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 365, de 12 de setembro de 2002. Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e dá outras providências. Brasília: MTE, 2002.

SCHWARTZMAN, S. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2001.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO APLICADO NA COMISSÃO

Observação para facilitar o preenchimento:

Setor – Considere o termo “setor” como sendo aquele estabelecido para fins de composição desta comissão: representantes do poder público e da sociedade civil.

Base de apoio – Considere como “base de apoio” o grupo principal de pessoas representadas pelo membro da comissão.

BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)**1) Sexo:**

1. () Masculino 2. () Feminino

2) Cor/raça (marque apenas uma alternativa):

1. () Branca 2. () Preta 3. () Amarela
4. () Parda 5. () Indígena

3) Escolaridade:

1. () Ensino fundamental 2. () Ensino médio
3. () Superior incompleto 4. () Superior completo
5. () Especialização 6. () Mestrado incompleto
7. () Mestrado completo 8. () Doutorado incompleto
9. () Doutorado completo

4) Qual sua religião ou culto? _____**5) Faixa etária:**

1. () até 20 anos 2. () de 21 a 30 anos 3. () de 31 a 40 anos
4. () de 41 a 60 anos 5. () mais de 60 anos

6) Renda familiar mensal (média)

1. () Abaixo de R\$ 500,00 2. () De R\$ 500,00 até R\$ 1.500,00 3. () De R\$ 1.501,00 até R\$ 2.500,00
4. () De R\$ 2.501,00 até R\$ 4.000,00 5. () De R\$ 4.001,00 a R\$ 8.000,00 6. () De R\$ 8.001,00 a R\$ 12.000,00
7. () Acima de R\$ 12.001,00 8. () Não sabe

7) Município/UF de residência: _____

8) Situação na comissão:

1. () Titular 2. () Suplente 3. () Não sabe
4. () Outros _____

8.1) Nome da organização que representa na comissão: _____

9) Setor de representação a que pertence:

1. () Poder público 2. () Sociedade civil

10) Há quanto tempo é membro desta comissão? (tempo efetivo de exercício como titular ou suplente, ininterrupto ou intercalado).

1. () Menos de 1 ano 2. () De 1 a 3 anos 3. () De 4 a 6 anos
4. () De 7 a 10 anos 5. () Mais de 10 anos 6. () Não sabe/não se aplica

11) No seu período neste comissão, já representou outros setores?

1. () Não.
2. () Sim. Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):
() Poder público () Sociedade civil () Não sabe

12) Além desta comissão, você é ou foi conselheiro(a) de outras comissões nacionais, estaduais ou municipais de políticas públicas?

1. () Não
2. () Sim, mas atualmente sou conselheiro(a) apenas desta comissão
3. () Sim, sou conselheiro(a) de outras comissões.

12.1) Quais? (Pode-se marcar mais de uma opção):

1. () Comissões nacionais
2. () Comissões estaduais
3. () Comissões municipais/locais

BLOCO 2: ATUAÇÃO DOS MEMBROS

13) Como você considera a composição da comissão em relação a cada um dos itens abaixo?

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Número total de membros	()	()	()	()	()
2. Diversidade de setores representados	()	()	()	()	()
3. Número de membros em cada setor	()	()	()	()	()
4. Forma de escolha das entidades com assento na comissão	()	()	()	()	()
5. Forma de escolha dos membros dentro das entidades	()	()	()	()	()

14) Na sua atuação na comissão, que interesses você defende *prioritariamente*?

Assinale suas três opções, em ordem de relevância, indicando com um “X” sua 1ª, 2ª e 3ª opção para os itens abaixo:

	1ª opção	2ª opção	3ª opção
1. Nenhum interesse específico, sigo apenas as minhas convicções pessoais	()	()	()
2. Interesses da minha instituição	()	()	()
3. Interesses do meu setor	()	()	()
4. Interesses de redes ou movimentos organizados em função de temas ou problemas específicos	()	()	()
5. Interesses de toda a coletividade	()	()	()
6. Não sabe	()	()	()
7. Outros _____	()	()	()

15) Avalie o seu grau de articulação com os demais setores da comissão, segundo a tabela abaixo (Marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()
2. Sociedade civil	()	()	()	()	()

16) No exercício do seu mandato como conselheiro(a) você tem alguma base de apoio?

1. () Sim. Qual(is)? _____
2. () Não
3. () Não sabe

17) Com que frequência você mantém contato com sua(s) base(s) de apoio?

1. () Não tenho base de apoio
2. () Nunca
3. () Raramente
4. () Às vezes
5. () Com frequência
6. () Sempre
7. () Não sabe

18) Quais as principais formas de contato com a sua base de apoio? (Marque as três principais).

1. () Não tenho base de apoio
2. () Telefonema
3. () *E-mail* lista de discussão
4. () Reuniões presenciais
5. () Conversas pessoais
6. () Orkut, Facebook, Twitter e afins
7. () *Home page* institucional
8. () Carta/ofício
9. () Fax
10. () Mensagem (torpedo/SMS)
11. () Não sabe
12. () Outra: _____

19) Com que frequência você consulta sua base de apoio para:

I – Definir/sustentar posicionamento na comissão:

1. () Nunca 2. () Raramente 3. () Às vezes
4. () Frequentemente 5. () Sempre 6. () Não sabe/não se aplica

II – Relatar os debates/deliberações da comissão:

1. () Nunca 2. () Raramente 3. () Às vezes
4. () Frequentemente 5. () Sempre 6. () Não sabe/não se aplica

III – Prestar contas sobre a sua atuação na comissão:

1. () Nunca 2. () Raramente 3. () Às vezes
4. () Frequentemente 5. () Sempre 6. () Não sabe/não se aplica

IV – Construir/fortalecer articulações:

1. () Nunca 2. () Raramente 3. () Às vezes
4. () Frequentemente 5. () Sempre 6. () Não sabe/não se aplica

BLOCO 3: FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

20) Para você, com que frequência a atuação dos membros corresponde aos interesses de seus respectivos setores?

1. () Nunca 2. () Raramente 3. () Às vezes
4. () Frequentemente 5. () Sempre 6. () Não sabe/não se aplica

21) Avalie a influência da atuação da comissão em relação a:

	Muito significativa	Significativa	Pouco significativa	Não tem influência	Não sabe
1. Agenda do Congresso Nacional	()	()	()	()	()
2. Políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego	()	()	()	()	()
3. Políticas públicas de outros ministérios com os quais a comissão se relaciona	()	()	()	()	()
4. Iniciativas da sociedade civil	()	()	()	()	()
5. Iniciativas do setor produtivo	()	()	()	()	()
6. Percepção da opinião pública sobre o tema	()	()	()	()	()

22) Em geral, os assuntos tratados na comissão são facilmente compreendidos por todos os membros?

1. () Não 2. () Sim, parcialmente 3. () Sim, plenamente

23) A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os membros?

1. () Não 2. () Sim, parcialmente 3. () Sim, plenamente

24) Em geral, como você avalia o papel dos setores abaixo na atuação da comissão? (Marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor).

	Ajuda bastante	Ajuda	Não ajuda nem atrapalha	Atrapalha	Atrapalha bastante	Não sabe/não se aplica
1. Poder público	()	()	()	()	()	()
2. Sociedade civil	()	()	()	()	()	()

25) Avalie as seguintes estruturas administrativas e organizacionais da comissão (Marque com um “X” a coluna correspondente a cada setor/segmento):

	Muito satisfatória	Satisfatória	Pouco satisfatória	Insatisfatória	Não sabe/não se aplica
1. Secretaria Executiva	()	()	()	()	()
2. Meios de comunicação e divulgação (informes, <i>website</i> , publicações)	()	()	()	()	()
3. Regimento interno e resoluções	()	()	()	()	()
4. Presidência	()	()	()	()	()
5. Plenária	()	()	()	()	()
6. Comissões temáticas	()	()	()	()	()

26) Na sua opinião, quais são as principais dificuldades e obstáculos enfrentados atualmente pela comissão? (Marque no máximo três alternativas).

1. () Pouco tempo de discussão nas reuniões
2. () Reuniões muito esparsas
3. () Excesso de reuniões
4. () Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca antecedência
5. () Carência de estrutura (salas, espaço físico e equipamentos)
6. () Questões políticas alheias à agenda da comissão
7. () Excesso de burocracia
8. () Divergência nas opiniões dos membros
9. () Baixa prioridade política por parte da Secretaria-Geral de Presidência da República
10. () Limitação de passagens e diárias para comparecimento de membros
11. () O mandato de conselheiro(a) não é remunerado pelo governo
12. () Outras _____

27) Quais os principais pontos fortes na atuação da comissão?

28) O que poderia ser feito para melhorar a atuação da comissão?

Muito obrigado!

29) Espaço destinado para considerações adicionais bem como críticas e sugestões sobre este questionário.

A large, empty rectangular box with a thin black border, intended for the respondent to provide additional comments, criticisms, or suggestions regarding the questionnaire.

ANEXO 2

CARTA DE APRESENTAÇÃO



SBS Quadra 1 – Bloco J Ed. BNDES
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3315 5276
www.ipea.gov.br

Brasília, 17 de maio de 2011

Senhor conselheiro/membro de comissão,

O Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (Ipea) estabeleceu o tema da participação e do diálogo com a sociedade como central em sua agenda de estudos. A atuação do Instituto envolve desde a realização de pesquisas sobre o funcionamento dos conselhos e representações, até a celebração de acordos que visam produzir relatórios com proposições sobre estas organizações, incluindo a articulação delas com a condução das políticas públicas.

Nesse objetivo o Ipea realiza estudo sobre o funcionamento dos conselhos e comissões com atuação nacional, entre os quais a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), mediante a utilização de metodologia de aplicação de questionários, visando conhecer a opinião e percepção dos conselheiros sobre as atividades e as responsabilidades desta entidade.

Pedimos seu apoio, preenchendo e retornando o questionário anexo, registrando que as informações prestadas terão tratamento de confidencialidade, sem menção a entidades ou nomes. Os dados coletados serão de uso exclusivo do Ipea.

Reiteramos que sua colaboração é essencial para a compreensão do alcance e potencialidade da participação social na formulação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional.

O esclarecimento de possíveis dúvidas, bem como o envio de crítica, contribuições ou comentários sobre o questionário e seus objetivos, poderão ser feitos via *e-mail* (joana.alencar@ipea.gov.br).

Atenciosamente,

Marcio Pochmann

Presidente

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Marco Aurélio Dias Pires

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Laetícia Jensen Eble

Luciana Dias Jabbour

Mariana Carvalho

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Andrey Tomimatsu

Bernar José Vieira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Júnior

Daniella Silva Nogueira (estagiária)

Leonardo Hideki Higa (estagiário)

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria do Ipea

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA